

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARIANA VIEGAS GUTERRES

BIBLIOTECONOMIA NO CAMPO JURÍDICO: estudo das funcionalidades nos *sites* de
quatro bibliotecas jurídicas de São Luís - MA

São Luís

2022

MARIANA VIEGAS GUTERRES

BIBLIOTECONOMIA NO CAMPO JURÍDICO: estudo das funcionalidades nos *sites* de quatro bibliotecas jurídicas de São Luís - MA

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Profa. Dra. Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Guterres, Mariana Viegas.

Biblioteconomia no campo jurídico : estudo das funcionalidades nos sites de quatro bibliotecas jurídicas de São Luís - MA / Mariana Viegas Guterres. - 2022.
70 f.

Orientador(a): Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Avaliação de sites jurídicos. 2. Biblioteca jurídica. 3. Bibliotecário jurídico. 4. Biblioteconomia jurídica. 5. São Luís - MA. I. Ribeiro, Raimunda de Jesus Araújo. II. Título.

MARIANA VIEGAS GUTERRES

BIBLIOTECONOMIA NO CAMPO JURÍDICO: estudo das funcionalidades nos *sites* de quatro bibliotecas jurídicas de São Luís - MA

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Profa. Dra. Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro (Orientadora)
Doutorado em Multimédia em Educação (Universidade de Aveiro/Portugal)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Aldinar Martins Bottentuit
Doutorado em Ciência da Informação (UNESP/Marília)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Silvana Maria de Jesus Vetter
Doutorado em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ)
Universidade Federal do Maranhão

À Jeruza da Silva Campos (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, tradução de amor vivo, por sempre me dar força e coragem para enfrentar os obstáculos da vida, e por ser a minha fortaleza e luz presente de todo dia. Sem Ele, com certeza eu não teria concretizado tantos objetivos, inclusive a conclusão desse curso.

À minha professora orientadora, Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro, que tive o prazer em ser aluna durante a disciplina Gestão de Bibliotecas Especializadas e Universitárias, e que se tornou mais que uma orientadora, se tornou uma amiga, lembro que desabafei sobre meus problemas pessoais e universitários, e ela sabiamente me consolou, acolheu, incentivou e acreditou em mim.

Às professoras Aldinar Martins Bottentuit e Silvana Maria de Jesus Vetter, por aceitarem compor a minha banca de monografia, saibam que vocês são maravilhosas e só contribuíram para que meu trabalho ficasse com mais clareza científica devido às suas sugestões.

Ao professor Roosevelt Lins Silva, que foi meu orientador na iniciação científica e cujos aprendizados tecnológicos ficarão gravados na minha memória e a todos os professores do curso de Biblioteconomia, gratidão por compartilharem tantos de seus ensinamentos conosco.

Aos servidores da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão: Abimael Freitas Lopes, Conceição de Maria Lima Guedes, Maria Cremecilda de Abreu Ramos Silva, Karina Maria Torres do Vale, Kelcilene Rose Silva, Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos, Rômollo de Sá Malta e Rosicléa Pereira Rodrigues, que desde o dia 02 de dezembro de 2019, quando adentrei como estagiária, receberam-me de braços abertos com lições que levarei comigo para sempre.

Ao meu pai, José de Ribamar Campos Guterres, e à minha mãe, Maria Francisca Câmara Viegas, por acreditarem em mim, pelo incentivo e apoio, especialmente a minha mãe, por ser meu norte nos momentos sombrios e me dar conselhos valiosos que levarei para a vida toda: muito, muito obrigada, sem vocês eu não existiria, literalmente (risos).

À minha querida avó, matriarca da família Guterres, Marília Campos Guterres, pelo carinho e doçura de sempre e que graças às bênçãos de Deus, a fez chegar aos 94 anos com saúde e lucidez.

Aos meus tios (as), primos (as), e a toda a minha família. Tanto os “Viegas”, quanto os “Guterres”, são muito especiais para mim. Ohana! (palavra em havaiano que significa família).

A todos os meus colegas de curso, não irei nomeá-los, pois são muitos, mas saibam que cada um de vocês foi essencial para que eu me inspirasse e continuasse em frente com os meus objetivos universitários, desejo boa sorte a vocês e que todos alcancem seus sonhos e metas.

Por fim, a cada um que direta ou indiretamente (mesmo que alguns tenham se afastado), ajudaram-me nessa fase da minha vida. Muito obrigada!

“... pois onde está teu tesouro aí estará também o teu coração” (Mateus 6:21).

RESUMO

Este estudo analisou as funcionalidades de quatro *sites* de bibliotecas jurídicas em São Luís - MA, com o intuito de explorar o uso potencial de cada *site*. As bibliotecas selecionadas são vinculadas ao Ministério Público do Maranhão (MPMA), Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16), Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA). Apresentou-se a conceituação de informação jurídica, biblioteconomia jurídica, bibliotecário jurídico, assim como se destacou a relevância da tendência tecnológica para o âmbito da biblioteca jurídica. Expôs-se a relevância do papel do bibliotecário jurídico, em especial na contemporaneidade, marcada pela pandemia do vírus da COVID-19, em que os (as) bibliotecários (as) tiveram que reinventar-se, ampliar e diversificar a oferta de atividades, serviços e produtos de maneira virtual, e disponibilizá-las as suas comunidades de usuários. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo, e fez-se uma análise exploratória e descritiva nos *sites* das bibliotecas jurídicas mencionadas de acordo com a análise proposta por Amaral e Guimarães (2002). Enfatizou-se seis funcionalidades estudadas: informacional, promocional, instrucional, referencial, de pesquisa e de comunicação. Teve-se como instrumento de coleta de dados e informações *checklists* com base nos principais itens de cada funcionalidade, sendo que para ampliar as informações acerca destes, houve necessidade de conversar com os responsáveis pela alimentação das páginas através do *e-mail* de cada biblioteca. Os resultados destacaram as aplicabilidades básicas de cada *site*, assim como exploraram a praticidade das principais ferramentas presentes. Observou-se que a função informacional foi a mais contemplada, ou seja, a que mais teve itens preenchidos segundo o *checklist* utilizado, enquanto a função instrucional foi a que teve menor desempenho. Concluiu-se que os gestores das bibliotecas devem atentar-se para as necessidades informacionais dos usuários também no âmbito virtual a fim de melhorar a experiência de navegação na *Web* por parte dos internautas.

Palavras-chave: avaliação de *sites* jurídicos; biblioteca jurídica; bibliotecário jurídico; biblioteconomia jurídica; São Luís – MA.

ABSTRACT

This study analyzed the functionalities of four law library websites in São Luís - MA, in order to explore the potential use of each website. The selected libraries are linked to the Public Ministry of Maranhão (MPMA), Regional Labor Court of the 16th Region (TRT16), Court of Justice of the State of Maranhão (TJMA) and Regional Electoral Court (TRE-MA). The conceptualization of legal information, legal librarianship, legal librarian was presented, as well as the relevance of the technological trend for the scope of the legal library. The relevance of the legal librarian's role was exposed, especially in contemporary times, marked by the COVID-19 virus pandemic, in which librarians had to reinvent themselves, expand and diversify the offer of activities, services and products in a virtual way, and make them available to their user communities. As a research methodology, bibliographic and field research was used, and an exploratory and descriptive analysis was carried out on the websites of the aforementioned legal libraries, according to the analysis proposed by Amaral and Guimarães (2002). Six functionalities studied were emphasized: informational, promotional, instructional, referential, research and communication. As an instrument for collecting data and information, checklists based on the main items of each functionality were used, and to expand the information about these, it was necessary to talk to those responsible for feeding the pages through the email of each library. The results highlighted the basic applicability of each site, as well as exploring the practicality of the main tools present. It was observed that the informational function was the most contemplated, that is, the one that had the most items filled according to the checklist used, while the instructional function was the one that had the lowest performance. It was concluded that library managers should pay attention to the informational needs of users also in the virtual environment in order to improve the Web browsing experience for Internet users.

Keywords: evaluation of legal websites; legal library; law librarian; legal librarianship; São Luís – MA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BBD	Bibliografia Brasileira de Direito
BDJUR	Biblioteca Digital Jurídica
BDSF	Biblioteca Digital do Senado Federal
CDB	Coordenadoria de Documentação e Biblioteca
CDDir	Classificação Decimal de Direito
DEMP	Diário Eletrônico do Ministério Público
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
MPMA	Ministério Público do Estado do Maranhão
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDF	<i>Portable Document Format</i>
REJE	Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral
RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas
SIABI	Sistema de Automação de Bibliotecas
SRV	Serviço de Referência Virtual
STF	Supremo Tribunal Federal
TRT16	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
TJMA	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
TRE-MA	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do <i>site</i> da Biblioteca do MPMA	35
Figura 2 – Coletânea das principais normas internas.....	36
Figura 3 - Página inicial do <i>site</i> da Biblioteca do TRT16.....	37
Figura 4 – Nova página inicial do <i>site</i> da Biblioteca do TRT16.....	38
Figura 5 - Página inicial do <i>site</i> da Biblioteca do TJMA.....	38
Figura 6 - Página inicial do <i>site</i> da Biblioteca do TRE-MA	39
Figura 7 - Biblioteca Informa	42
Figura 8 - Destaques do acervo	43
Figura 9 - Página inicial do <i>site</i> da Biblioteca do TJMA.....	43
Figura 10 – Eventos da Biblioteca do TRE-MA	44
Figura 11 - Histórico da Biblioteca do Senado	45
Figura 12 - Últimas aquisições	46
Figura 13 - <i>Banners</i>	47
Figura 14 – Últimas notícias.....	48
Figura 15 – Desatualização de informação	48
Figura 16 - Base de dados	51
Figura 17 - <i>Links</i> para mecanismos de busca	51
Figura 18 - Revistas disponíveis.....	52
Figura 19 - Revista Maranhão Eleitoral.....	52
Figura 20 – SIABI <i>Premium</i>	54
Figura 21 - <i>Links</i> para mecanismos de busca	55
Figura 22 - Catálogo da Biblioteca do TJMA	55
Figura 23 – REJE.....	56
Figura 24 - Fale conosco	58
Figura 25 - Telefone do TRT16.....	59
Figura 26 - Comunicação com a Biblioteca do TJMA	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Funções propostas para <i>sites</i> de bibliotecas.....	34
Quadro 2 - Bibliotecas jurídicas em São Luís - MA.....	34
Quadro 3 - Função informacional.....	41
Quadro 4 - Função promocional.....	45
Quadro 5 - Função instrucional.....	49
Quadro 6 - Função referencial.....	50
Quadro 7 - Função de pesquisa.....	53
Quadro 8 - Função de comunicação.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 INFORMAÇÃO JURÍDICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
3 BIBLIOTECONOMIA JURÍDICA	22
3.1 Biblioteca jurídica	23
3.1.1 A tendência tecnológica na biblioteca jurídica.....	25
4 BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	29
4.1 Bibliotecário jurídico no contexto da pandemia	31
5 ANÁLISE DA PESQUISA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
5.1 Função informacional	41
5.2 Função promocional	45
5.3 Função instrucional	49
5.4 Função referencial	50
5.5 Função de pesquisa	53
5.6 Função de comunicação	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A	70

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da Internet, houve um crescimento exponencial da informação, na qual esta ultrapassou as barreiras físicas do material e passou a incorporar-se ao ambiente virtual. Houve aumento do número dos usuários, ou seja, aconteceu uma verdadeira revolução informacional, que induziu as pessoas a ficarem mais exigentes por informações verídicas, rápidas e precisas.

Diante desse desafio, foi preciso pensar formas de organizar todo esse conjunto documental de modo claro, preciso e conciso. As bibliotecas, como instituições em constante crescimento, demandam por espaços na Internet a fim de aliar seu funcionamento interno e externo, de forma que a maneira como a informação seja passada favoreça o desenvolvimento da comunicação entre os serviços de informação e o usuário.

Para suprir as demandas informacionais de seus usuários, é fundamental que as bibliotecas ofertem soluções por meio da modernização de suas ferramentas. Castells (1999) já mencionava que o impacto da revolução informacional induz estratégias organizacionais, mesmo com as incertezas causadas nos ambientes econômico, institucional e tecnológico.

Muitas bibliotecas já possuem, além do espaço físico, um *site* na Internet. A palavra *site* “[...] designa um conjunto de páginas que representa uma pessoa, instituição ou empresa na rede.” (BARROS, 2004, p. 212). Nessa pesquisa, especificamente, pretende-se abordar a questão da biblioteca jurídica, em que algumas dessas bibliotecas utilizam os *sites* como forma de comunicação e interação com seus usuários.

A denominada biblioteconomia jurídica remete ao vínculo da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação com a área do Direito. O interesse por essa temática ocorreu no sétimo período do curso de Biblioteconomia, quando foi vivenciada a prática do estágio no âmbito do Ministério Público do Maranhão, especificamente na Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão. Também foi percebido o fato de não haver tantos trabalhos voltados para essa temática.

Hodiernamente, as bibliotecas jurídicas se revelam como um vasto campo de atuação para os profissionais da informação justamente por abarcar uma enorme gama de informações que necessitam de estruturação através da organização com técnicas biblioteconômicas apropriadas. Daí a importância da Biblioteconomia, que compreende a importância da aplicação de ferramentas organizacionais nos mais diversos campos laborais, inclusive na área do Direito.

Além dos conhecimentos técnicos essenciais para trabalhar com a área do Direito, é fundamental que o bibliotecário jurídico reconheça que atualmente as bibliotecas têm se reinventado e transcendido espaços físicos, ou seja, estão imersas no campo virtual, cuja adaptação facilita a relação entre usuário e biblioteca, como bem explicita Passos (2005, não paginado),

As bibliotecas jurídicas precisam utilizar as novas mídias e a Internet para facilitar a busca das informações. Se já se falava em caos documental quando existiam apenas os documentos impressos, imagine agora que a facilidade de publicar na Internet trouxe uma avalanche de novos textos.

Através de páginas na Internet, a biblioteca pode interagir com o usuário de muitas maneiras, como o Serviço de Referência Virtual (SRV) que “[...] estão se tornando realidade, e são parte ativa na evolução dos serviços das bibliotecas na Internet.”. (ARELLANO, 2001, não paginado). Enfatiza-se que apesar de Arellano mencionar o SRV no ano de 2001, ainda hoje, mais de 20 anos depois, esse serviço ainda precisa se estabilizar e demonstrar eficácia no que concerne ao atendimento do usuário, visto que algumas bibliotecas nem sequer fornecem esse serviço ainda.

Os *sites* de bibliotecas visam facilitar a procura do usuário por informações confiáveis, isto é, promovem o acesso à informação através de uma conjuntura de materiais reunidos em prol da comunicação com o público-alvo, que, no caso da biblioteca jurídica, geralmente são desde os estudantes de Direito até o mais alto grau de magistratura da área. Nesse sentido, as bibliotecas, ao marcar presença na Internet, pretendem atender de forma modernizada às necessidades de seus usuários e intenta oferecer um atrativo a mais através da representação do fazer bibliotecário no espaço remoto.

Para verificar o desempenho das bibliotecas na Internet no presente estudo, adaptou-se o trabalho de Amaral e Guimarães (2002) como parâmetro de análise. Essas autoras mencionam seis funções¹ existentes: informacional, promocional, instrucional, referencial, de pesquisa e de comunicação.

Deste modo, este estudo tem como objetivo geral estudar as funcionalidades: informacional, promocional, instrucional, referencial, de pesquisa e comunicação dos *sites* das bibliotecas jurídicas dos seguintes órgãos: Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16), Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) e Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), localizadas em São Luís - MA. E como objetivos específicos:

¹ As funções mencionadas estão descritas na seção 6.

- a) verificar as informações existentes sobre as bibliotecas nos *sites*;
- b) averiguar a utilização de ferramentas promocionais existentes nos *sites*;
- c) aferir as instruções sobre o uso dos recursos informacionais nos *sites*;
- d) examinar a existência de *links* para outras fontes de informação nos *sites*,
- e) observar quais são os serviços e produtos oferecidos *online* nos *sites*;
- f) confirmar a presença de mecanismos para estabelecer relacionamentos com os usuários nos *sites*.

Utilizou-se as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva e de campo, com abordagem qualitativa para o tratamento dos dados obtidos. Através da metodologia escolhida, foi possível conhecer, identificar, levantar, explorar e descrever (RICHARDSON, 1989; GIL, 2008) as funcionalidades dos *sites* das bibliotecas jurídicas já referidas, objeto e cenários desta pesquisa.

Para o desenvolvimento do referencial teórico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica por meio de livros e artigos que tratam das seguintes temáticas: biblioteca especializada, biblioteconomia jurídica, biblioteca jurídica, bibliotecário jurídico, informação jurídica, tecnologia na biblioteca jurídica, entre outras palavras-chave que propiciaram o aprofundamento necessário ao desenvolvimento dos assuntos.

Dentre as etapas seguidas para alcançar o objetivo do trabalho, teve-se: identificação das bibliotecas jurídicas em São Luís - MA que possuíssem *sites* na Internet, sendo o critério de escolha a vivência acadêmica nesses espaços, pois são campos de estágio do curso de Biblioteconomia, além de serem órgãos jurídicos que possuem notoriedade no cenário ludovicense.

Posteriormente, foi feita a reunião das funções utilizadas por Amaral e Guimarães (2002) com as funcionalidades praticadas nos *sites* escolhidos para a análise comparativa por meio de *checklists* que serviu de instrumento de recolha de dados. Os *checklists* supracitados foram enviados (apêndice A) para os gestores das bibliotecas no mês de outubro de 2021 através dos respectivos *e-mails* a fim de dar maior credibilidade às marcações dos respectivos itens, portanto, cada preenchimento foi com base nas respostas recebidas.

Estruturou-se este estudo em seis seções. Na primeira seção, encontra-se a introdução, que apresenta a motivação pela escolha do tema e os elementos norteadores para o estudo. Na segunda seção, depara-se com a questão da informação jurídica, assim como a Ciência da Informação, que inicializam o estudo. Na terceira seção, reflete-se sobre a biblioteconomia jurídica que envolve a biblioteca jurídica e a tendência tecnológica. Na quarta seção, explora-se a inserção do bibliotecário no campo jurídico, assim como a integração entre bibliotecário

jurídico e a tecnologia, além da imersão da pandemia nesse contexto. Na quinta seção, explicitam-se os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização da presente pesquisa e expõem-se as análises feitas com base nos *sites* das bibliotecas jurídicas escolhidas. Na sexta seção, discutem-se os resultados alcançados por meio das funções representadas.

2 INFORMAÇÃO JURÍDICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Após a revolução industrial, ocorreu a denominada “explosão da informação”, fenômeno conhecido mundialmente e que impulsionou as organizações a buscarem de alguma forma aderir ao planejamento e manutenção da informação. Hodiernamente, por exemplo, tem-se debatido sobre a relevância da informação para a sociedade nos mais variados âmbitos, uma vez que todos os campos do conhecimento usufruem-na. Desta maneira, sabe-se que a informação pode estar imersa em vários campos.

A atual sociedade é marcada por um grande fluxo de informação que conduz a novos conhecimentos e representa para muitas ciências seu campo de estudo. O significado da palavra informação depende do contexto a qual está inserida. Segundo Setzer (1999, não paginado), “Informação é uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação.”. Através desta afirmação, pode-se perceber que informação não pode ter um único conceito e que perpassa por todas as atividades humanas.

A palavra informação possui muitos significados, comporta elementos de sentido e é transmitida “[...] a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc.”. (LE COADIC, 2004, p. 5). A informação é transpassada através do ato de comunicação, que pode ser tanto oral, quanto escrito. A comunicação (ato, processo, mecanismo) permite que aconteça a troca de informações (produto, substância, matéria) entre as pessoas. (LE COADIC, 2004). O ato de comunicar-se, assim como a informação em si, também pode acontecer e ser transmitido em diferentes suportes. Entende-se que a informação pode estar imersa em diferentes meios, tais como livros, televisão, jornal, rádio, realidade que foi possibilitada em maior escala devido ao avanço tecnológico.

Independente do suporte em que esteja a informação, a real importância é entender a mensagem que está sendo transmitida, sua interpretação e seu significado, bem mais do que onde está inserida e/ou está vinculada, uma vez que é capaz de dinamizar e transformar um simples dado em algo muito mais significativo. Por isso, a informação é um objeto flexível e mutável e sua importância está atrelada ao seu uso.

A tecnologia tem alta interferência na transmissão da informação e da comunicação, isto porque fornece maior flexibilidade e penetrabilidade da informação no processo comunicacional, que afeta diretamente a sua difusão. Deste modo, Werthein (2000, p. 72), disserta que

As transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), nomenclatura que alguns autores utilizam, entre eles, o professor João Batista Bottentuit Junior, “[...] têm possibilitado a produção e a distribuição de conteúdo digital em escala planetária.” (BOTTENTUIT JUNIOR, 2020, p. 41386) e permitem, de certa forma, que a sociedade interaja com esses novos meios e se apropriem da informação de outras formas, de maneira célere e inovadora, devido ao crescente avanço das ferramentas tecnológicas que estão inseridas nos mais variados setores.

Ao mesmo tempo em que a informação avança de maneira assustadoramente rápida, a desigualdade insiste em se manter presente, visto que nem todos estão incluídos no processo de modernização da informação e familiarizados com os meios tecnológicos, ou seja, apesar da informação estar imersa em muitos campos do conhecimento, nem todos podem usufruí-la da mesma maneira.

Um exemplo, aqui no Brasil, é o livro, cujo preço ainda é considerado alto pela maioria da população, por muitos fatores, como desvalorização desse mercado, quantidade das tiragens, dentre outros, ou seja, infelizmente, nem todo mundo pode comprar livros, algo que deveria ser acessível a todos, visto que é uma das principais fontes de informação.

Ademais, a informação é tida como objeto de estudo de muitas ciências, como afirmado anteriormente. Tendo como exemplo a Ciência da Informação, que é um campo interdisciplinar, seu objetivo, enquanto campo de estudo, consiste em lidar com a informação, através de sua disseminação, análise e busca.

Assim, informação, por ser objeto de estudo da Ciência da Informação, permeia os conceitos e definições da área. E, embora informação não possa ser definida nem medida, o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação, aspectos contidos na definição de Ciência da Informação. (PINHEIRO, 2004, não paginado).

A Ciência da Informação, que possui suas raízes na Biblioteconomia, busca armazenar, recuperar, disseminar, transformar, usar e interpretar a informação, tornando-a tangível, a exemplo dos documentos e livros, com a finalidade de ser concebida por um grupo social (CAPURRO, 2003). Sendo assim, a informação, tida pela Ciência da Informação, como seu objeto, é conduzida até os consumidores da informação, ou aos denominados usuários,

nas literaturas especializadas. Há também os termos utilizadores da informação, clientes, consulentes, entre outras nomenclaturas existentes.

De acordo com Capurro (2003), há três formas de compreender a informação inserida na Ciência da Informação. Ele as descreve como: algo físico, cognitivo e social. A primeira forma dá-se quando um emissor transmite a um receptor algo físico, ou seja, uma mensagem. A segunda forma que demonstra a recuperação da própria informação, mais do que salvar o suporte, resguardando o conteúdo. A terceira forma diz respeito ao sujeito, ou seja, ao usuário que busca a informação e é visto como sujeito cognoscente da ação.

A Ciência da Informação busca pela melhor maneira de representar a informação com vistas à sua recuperação. Com o propósito de representar a informação, há a construção de linguagens de representação e sistemas de informação, que adentra fortemente o campo da Ciência da Informação, com o objetivo de atingir o usuário final. Nessa perspectiva, Araújo (2010, p. 97) comenta

[...] que qualquer tarefa de organizar, classificar e indexar informação (enfim, representá-la) precisa considerar não apenas o escopo dos documentos concretos existentes, das fontes informacionais disponíveis, mas também o âmbito dos conhecimentos existentes nos campos aos quais pertencem essas fontes.

Ademais, sabe-se que as inovações tecnológicas têm importante papel no processo de representação e recuperação da informação, ao associar conceitos aos sistemas representativos para facilitar o uso coletivo da informação na Rede, por intermédio de estratégias para aplicação de recursos aos utilizadores da informação.

No contexto jurídico, a informação “[...] se ocupa do estudo de assuntos especializados em Direito, dando subsídios para a tomada de decisões dos envolvidos no âmbito deste contexto. Este elemento é de caráter bastante relevante para que se alcancem os objetivos na área jurídica.”. (PAIVA; POTHER, 2012, p. 7). Sem informação, não é possível alcançar os objetivos propostos pelo corpo jurídico.

Há diversas conceituações de informação jurídica, como a de Passos (1994, p. 363) que afirma que informação jurídica é:

[...] toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juizes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Passos (1994) também argumenta que a informação jurídica pode ser gerada de três formas: descritiva (doutrina), normativa (legislação) e interpretativa (jurisprudência).

A doutrina “[...] é o conjunto de princípios expostos nas obras de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica.” (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 80). A partir da doutrina, há a teorização da área do Direito e com a criação de teorias há a formalização da ciência jurídica feita por especialistas da área e expressa em conceitos, definições, princípios e estruturas.

A legislação “[...] corresponde, materialmente, ao conjunto de atos normativos emanados de autoridade competente.” (GUIMARÃES, 1993, p. 43). As legislações conferem-se como objetos de pesquisas e devem representar uniformemente os documentos. Os conjuntos de atos pode ser uma lei, resolução, ordem de serviço, decreto, portaria, etc.

Jurisprudência define-se “[...] como o conjunto de decisões judiciais dos tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando, orientando e concluindo pelos fins adotados na mesma.” (PAIVA; POTTER, 2012, p. 9). Como o próprio nome já sugere, jurisprudência é a decisão do juiz sendo aplicada em sua atividade jurisdicional, a interpretação do mesmo no que concerne a aplicabilidade do que está escrito na tese jurídica.

A informação jurídica é a base do Direito, é através dela que são definidas as leis, decretos, regulamentos, ou seja, as decisões que constituem a documentação jurídica que servirão de apoio a todas as atividades inerentes à organização na qual está inserida.

Segundo Barros (2004, p. 203), as fontes do Direito podem ser formal ou informal. A formal subdivide-se em fonte primária e fontes secundárias, sendo que a lei

[...] é a fonte principal do Direito, entendida como uma norma geral, escrita, coercitiva, que obedece a um rito peculiar de elaboração, proveniente do processo de legislativo pela entidade competente. A inobservância da leis resulta em sanções, já que estas são consideradas preceitos jurídicos, escritos, obrigatórios para todos, elaborados e publicados em forma solene, pela competente autoridade legislativa do Estado.

As variáveis da forma documentária “[...] como o produtor da informação, o grau de coercibilidade do documento e mesmo o fim a que se destina serão de fundamental importância seja na sua produção, seja no seu tratamento temático.” (GUIMARÃES, 1993, p. 53). Percebe-se que a documentação jurídica muda conforme o objetivo e a análise do próprio documento jurídico.

Para a devida ordenação da informação jurídica, é preciso que haja a vinculação do profissional bibliotecário previamente especializado na área da documentação jurídica para a

condução da organização dos documentos a fim de que a recuperação informacional seja alcançada e se obtenha a garantia do acesso à informação.

3 BIBLIOTECONOMIA JURÍDICA

A Biblioteconomia é marcada por formar profissionais capacitados a produzirem, preservarem e disseminarem a informação através do gerenciamento das Unidades de Informação, estas que podem ser bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, entre outros campos.

A origem da Biblioteconomia remete a “[...] uma longa tradição de desenvolvimento de práticas aplicáveis aos problemas de organizar e acessar as informações contidas em documentos.”. (DIAS, 2000, p. 72). Antigamente, a informação era contida somente em documentos físicos, desde os pergaminhos até os livros que são conhecidos atualmente, porém essa realidade modificou-se ao longo dos anos.

Atualmente, o modelo de biblioteca recomendável, para sanar as exigências dos usuários, seria a que pertence tanto ao ambiente presencial quanto o virtual, isto é, a biblioteca híbrida. Segundo Garcez e Rados (2002, não paginado), essa nomenclatura reflete “[...] o estado transacional da biblioteca, que hoje não pode ser completamente impressa nem completamente digital.”. Nesse contexto, com as diversas modificações decorrentes nesse campo, surge a necessidade de especialização do bibliotecário.

O campo do Direito é um dos que mais necessita de profissionais habilitados para lidar com a informação, pois a área sofre modificações por causa das suas leis e normas, além de produzir anualmente um grande número de documentos que servem de apoio à pesquisa dos profissionais da própria área.

O surgimento da biblioteconomia jurídica deu-se em consequência da departamentalização do saber, originando a questão da especialização do conhecimento que está estritamente ligado a Documentação (BARROS, 2016). A partir dessa assertiva, houve a necessidade de capacitar profissionais para lidar com assuntos relacionados ao Direito. Martinho e Ochôa (2016, p. 143) comentam que

Inicialmente considerados transdisciplinares, os estudos biblioteconômicos assumem-se também como interdisciplinares, em especial no que respeita à Biblioteconomia Jurídica, pelas relações estabelecidas entre as duas áreas envolvidas.

Deste modo, portanto, fez-se necessário a aproximação entre Biblioteconomia e Direito com contribuições consideráveis como a que a Biblioteconomia possibilitou para a área do Direito, a exemplo da classificação denominada Classificação Decimal de Direito (CDDir), cujo desenvolvimento foi feito pela bibliotecária Dóris de Queiroz Carvalho. Além da CDDir, há a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), publicada pelo Instituto Brasileiro

de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em sua forma física e pela Biblioteca do Senado Federal no formato eletrônico (PASSOS, 2019).

3.1 Biblioteca jurídica

As bibliotecas especializadas reportam-se ao objetivo de atender determinados tipos de usuários de maneira específica, de modo a atender-se a cada necessidade em prol da execução dos objetivos da instituição na qual a biblioteca está vinculada. Desta maneira, Figueiredo (1979, p. 10) comenta que

As bibliotecas especializadas são diferenciadas dos demais tipos de bibliotecas pela sua estrutura de orientação por assunto, e pelo fato de que as organizações as quais elas pertencem terem objetivos específicos, e estes objetivos, por sua vez, devem nortear todas as atividades da biblioteca, dentro das áreas de conhecimento abrangido pela empresa a qual ela serve. Uma biblioteca especializada fornece serviço, i.e., torna acessível a uma organização, qualquer conhecimento ou experiência que possa ser coletada, para avançar os trabalhos desta empresa e fazê-la, assim, atingir os seus objetivos.

Historicamente, as bibliotecas especializadas surgiram devido às urgências do mercado de trabalho, para servir de suporte ao corpo das instituições, uma vez que, ao atender um órgão específico, costuma estar preparada para apoiar e sanar as exigências dos usuários de acordo com as diferentes necessidades.

Assim, a biblioteca especializada, ciente dessas diferenças e consciente do seu papel como fonte informacional de suporte ao desenvolvimento econômico, precisa estar equipada para atender à demanda (MAIA; PASSOS; COSTA, 1991, p. 388).

Essa preparação deve englobar tanto os recursos tecnológicos para a recuperação e o acesso à informação, quanto os conteúdos, já que pode chegar à biblioteca uma informação não compatível com a velocidade da dinâmica demandada pela unidade de informação (MAIA; PASSOS; COSTA, 1991).

É imprescindível que a biblioteca especializada tenha seu acervo bem selecionado e organizado tecnicamente, de acordo com os critérios da instituição, pois para atender as demandas solicitadas e acompanhar os avanços decorrentes do campo da Biblioteconomia, deve servir de apoio para cumprir com os objetivos preexistentes da organização.

O atendimento diferencial da biblioteca especializada se deve principalmente pelo seu acervo, isto é, pela sua coleção, que precisa estar sempre atualizada, organizada, e pensada em atender seus usuários, que geralmente nesse padrão de biblioteca atende somente uma área do conhecimento, ao contrário das demais tipologias de bibliotecas.

Figueiredo (1979) aponta quatro elementos existentes de uma coleção especializada:

- a) serviços especiais e personalizados;
- b) atualidade da coleção;
- c) coleções e serviços não abertos ao público;
- d) dependência de outras bibliotecas para ajudar a suprir as necessidades da clientela.

Quanto aos objetivos que norteiam as bibliotecas especializadas, são os seguintes: adquirir, organizar, manter, utilizar e disseminar materiais (FIGUEIREDO, 1979). Esses objetivos irão nortear as funções da biblioteca, que só são mantidas devido ao investimento no espaço.

Daí a importância de atentar-se aos limites orçamentários da instituição mantenedora, a fim de definir todas as funções mencionadas. O orçamento que for destinado é o que torna possível a prática de todas as funcionalidades da biblioteca, visto que a partir do recurso financeiro a biblioteca poderá manter-se ativa, isto é, sobreviver, para oferecer produtos e serviços aos seus membros.

Tratando-se do investimento na biblioteca, é necessário que o profissional da informação mantenha contato com a administração da instituição, a fim de ter o apoio superior para a valorização apropriada da biblioteca, uma vez que muitos administradores especulam que o espaço da biblioteca é apenas um lugar de entretenimento e elevação gerais (FIGUEIREDO, 1979).

Deste modo, entende-se que o bibliotecário precisa estar a par do que acontece nos demais setores da instituição, isto é, deve participar efetivamente de reuniões, congressos, projetos, entre outros eventos importantes a fim de “[...] preparar os instrumentos necessários para apoiar as pesquisas no âmbito da biblioteca especializada.”. (FIGUEIREDO, 1979, p. 14). Esta precisa estar munida de mecanismos, tanto de recursos informacionais quanto tecnológicos, para atender a demanda de conhecimento necessário e satisfazer os usuários, já que estes tendem a ser bem mais exigentes em comparação com os usuários de outras bibliotecas.

A biblioteca jurídica está inserida na tipologia de biblioteca especializada por atender um grupo específico de usuários. Segundo Oliveira (2013, p. 20), “Como toda biblioteca, a jurídica deve organizar a informação, a fim de proporcionar seu fácil acesso, seja em qualquer formato ou suporte.”. No que tange às classificações das bibliotecas jurídicas, a autora argumenta ainda que mesmo sendo específicas de Direito, cada qual possui sua própria característica, com relação à funcionalidade, usuário e documentos de informação.

A necessidade da criação de bibliotecas especializadas no ramo jurídico envolve o crescente número de produção das matérias jurídicas, ou seja, “Devido a grande demanda de informações que tem surgido envolvendo a área do direito como leis, normas e regras em geral de um país, surge então à biblioteconomia jurídica.”. (PEREIRA, 2017, p. 19). A emersão das ciências jurídicas traz a tona uma nova forma de gerir a informação, um saber mais específico.

A biblioteca jurídica contempla não somente a área do Direito, mas também os profissionais da Biblioteconomia porque o meio jurídico é um campo de atuação crescente e que precisa da gestão de um profissional que saiba organizar/gerir a informação jurídica através do domínio das técnicas biblioteconômicas a fim de estabelecer novas maneiras de utilizar o conhecimento jurídico para que a informação chegue ao usuário final. O bibliotecário que trabalha especificamente com a pesquisa jurídica atua no

[...] gerenciamento de bibliotecas ou unidades de informação (públicas e/ou particulares) no campo jurídico fornecendo informações sobre leis, estatutos, andamento de processos, recursos ou argumentos informacionais que podem ser utilizados por advogados de defesa e/ou acusação em um julgamento [...] (MOTA; OLIVEIRA, 2005, p. 105 apud SPUDEIT, 2016, p. 117).

As bibliotecas jurídicas se fazem presente em muitos órgãos do Direito, mais comumente em tribunais, ministérios públicos, escritórios de advocacia, empresas de consultoria, entre outros órgãos essenciais para o funcionamento das atividades jurídicas. Os órgãos supracitados buscam oferecer informação jurídica de qualidade, através de fonte autorizada, produzida por especialistas, que possuam critérios de avaliação.

Deste modo, para atender a demanda dos usuários, as bibliotecas jurídicas devem manejar a informação jurídica na prática, visto que essa se torna essencial para as resoluções jurídicas, que fará com que os usuários, que possuem nível de exigência específico, possam ter suas pesquisas atendidas.

3.1.1 A tendência tecnológica na biblioteca jurídica

A Internet é reconhecida por proporcionar interação capaz de ultrapassar barreiras físicas e temporais. Também é considerada uma forte ferramenta no que concerne a disseminação da informação e ao conhecimento. Hortinha (2001, p. 119 apud AMARAL, 2005, p. 18), traz os seguintes benefícios da Internet:

- a) melhoria da imagem institucional;
- b) melhoria do serviço aos clientes;
- c) aumento da visibilidade e da marca, produtos e serviços;

- d) expansão para outros mercados;
- e) possibilidade de transações on-line;
- f) redução dos custos de comunicação.

Esses benefícios podem ser utilizados como forma de empreendedorismo na Biblioteconomia, dado que muitos profissionais ainda têm a visão de que o bibliotecário trabalha apenas de forma tradicional, isto é, em bibliotecas físicas, cujo principal ofício é resguardar livros. Já o bibliotecário que vislumbra as demais unidades e suportes de informação como oportunidades de atuação e inovação, caracteriza-se como um profissional diferenciado no mercado de trabalho.

Empreender relaciona-se “[...] muito à prática, vivência, porém, é importante teorizar e refletir para ter subsídios e fundamentos a fim de nortear novos empreendedores que tenham alguma ideia aplicável e queiram agarrar uma boa oportunidade para colocar a ideia em prática.”. (SPUDEIT, 2016, p. 13). Um exemplo de inovação através dos recursos tecnológicos que se relaciona no campo das unidades de informação é a biblioteca virtual, que se apresenta como uma possível quebra no paradigma no que tange ao tratamento e disseminação de informação. A existência das bibliotecas virtuais nas instituições jurídicas pode ser citada como um exemplo da mediação tecnológica na biblioteca jurídica. Volpato e Borenstein (2000, p. 61) salientam que

A realidade dos computadores, das redes de informação, como a Internet, da multimídia, com recursos de texto, voz, som e imagem, da biblioteca virtual, que possibilita o acesso à informação não existente no local, como se ali estivesse, vem se impondo e tomando o espaço das bibliotecas que ainda permanecem atreladas aos processos de organização manual, sabidamente superados.

Cada vez mais ocorrem transformações no ramo jurídico por causa da tecnologia, tanto que a busca pelos livros impressos diminuíram visivelmente, fato este que modificou a realidade de muitas áreas do conhecimento, inclusive a área do Direito. Seguindo esse critério, Gonçalves e Santos (2009, p. 7) comentam que

[...] as bibliotecas jurídicas, hoje, para atenderem bem o seu usuário, atentam e têm visão holística das possíveis direções para onde rumam ou podem ir suas instituições, as quais estão atreladas e fazem parte. Estes departamentos não mais se restringem ao conteúdo adquirido e mantido estático. Eles investem firmes e tenazmente, apoiados por vasto aparato da tecnologia da informação [...].

Partindo desse pressuposto, observa-se que a tecnologia interfere e contribui para o prosseguimento das atividades jurídicas, afetando inclusive as movimentações sociais da área,

cuja informação é perpassada de forma célere para os membros internos, e também para o público externo.

Como comenta Passos (2005), a tecnologia é um instrumento significativo quanto às atividades do judiciário e a biblioteconomia jurídica coexiste juntamente com a modernização tecnológica, realidade esta que modifica as atividades que os órgãos jurídicos vêm realizando.

Segundo a autora,

A Internet é um maravilhoso e poderoso instrumento para a pesquisa legal. Com o advento da Internet, as editoras encontraram um novo modo de oferecer seus serviços. Os principais produtores de informação jurídica (Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas, Tribunais, Câmaras Legislativas, Prefeituras, Ministérios Públicos, entre outros) criaram seus sites e passaram a disponibilizar mais rapidamente as informações. Advogados, órgãos de classe tomaram a mesma atitude. Tanto que os advogados estão cada vez mais conectados ao mundo virtual, tornando-se o segmento profissional mais presente na Rede. (PASSOS, 2005, não paginado).

Essa afirmação indica que os membros jurídicos se apropriam cada vez mais da Internet para atender as suas demandas, constituindo um ambiente propício às pesquisas, publicações e disponibilização rápida das informações que são produzidas nesse meio. Desta forma, percebe-se que a modernização tecnológica está estritamente ligada à biblioteconomia jurídica, tendo em vista a necessidade de lidar com tanta informação jurídica posta na Internet.

Um exemplo prático dessa modernização tecnológica é o processo que os tribunais exercem através do processo de modernização do judiciário, por intermédio dos aparatos tecnológicos, que otimizam o trabalho de juízes, advogados, magistrados, entre outros profissionais da área. Exemplos de modernização nesse âmbito são as bases de dados e publicações jurídicas em outros suportes que não o impresso, que trouxeram modificações tanto para a área do Direito quanto para a área da biblioteconomia jurídica, visto que esta última também deve acompanhar as mudanças que tratam da informação jurídica.

Sobre os produtos e serviços que podem ser ofertados pela biblioteca jurídica, Passos (2005) comenta os seguintes: criação de *homepage*, serviço de disseminação seletiva da informação, empréstimo em domicílio, salas de bate-papo com o bibliotecário jurídico, treinamento do usuário, acompanhamento da legislação federal, estadual/distrital e municipal, coleta e organização da produção intelectual da entidade mantenedora. Todos esses serviços e produtos podem ser oferecidos pela biblioteca jurídica através da Rede, isto é, de maneira remota, sendo necessário que a instituição mantenedora da biblioteca ofereça os recursos para

a concretização dos serviços e produtos e que o bibliotecário atuante da biblioteca possua competência informacional para lidar com a informação jurídica e tecnológica.

Oliveira (2014) menciona que as bibliotecas não devem ficar alheias aos avanços tecnológicos e em um mundo cada vez mais dinâmico, precisam redefinir suas missões, objetivos e metas, adequando-os às reais necessidades e interesses de seus usuários para que possam atender as expectativas destes. De fato as bibliotecas precisam manter-se atualizadas uma vez que “[...] como sistemas de informação abertos, deveriam estar atentas às alterações no ambiente e se adaptar às novas exigências da sociedade.”. (CESARINO, 1978, p. 237).

A tecnologia contribui para facilitar o labor dos profissionais, portanto, a biblioteca jurídica deve usufruir dessa ferramenta para possibilitar a aperfeiçoamento do trabalho do bibliotecário e, conseqüentemente, o trabalho do usuário, visto que o mesmo irá facilmente encontrar o que deseja se tiver a informação exposta de maneira facilitada.

Passos (2019, p. 73) argumenta que

No momento atual estamos vivendo mudanças de vários paradigmas. Nossos usuários não querem apenas papel, mas também documentos eletrônicos. [...] Temos que considerar que vários materiais já nascem digitais, como os processos judiciais, blogs, sítios na internet, entre outros. Essa nova premissa da mudança do material impresso para o digital altera a forma de composição do acervo, pois a responsabilidade agora não se resume a selecionar adequadamente o conteúdo, mas também o formato do material. As editoras jurídicas estão paulatinamente oferecendo material em formato eletrônico; algumas preferem comercializar o conteúdo, enquanto outras apenas o acesso.

Essa realidade leva a refletir sobre o papel da biblioteca, que não deve se “prender” ao físico, ou seja, em ser somente um depósito de informação em papel, mas deve sim atuar como um local mutável, através da adequação das novas formas de transmitir informação, que podem ser acessadas a qualquer hora e em qualquer lugar. Para isso, é necessário, enfatiza-se aqui o gestor da biblioteca, que deve ter em mente as vantagens do mundo virtual, e também que esteja apto a pesquisar sobre as vantagens de ter uma plataforma *online*, que deverá ser escolhida conforme as necessidades da instituição.

Há vários motivos para o gestor da biblioteca solicitar a inserção de um *site* na Rede, tais como: aumento rápido do acesso à informação, redução do espaço nas bibliotecas físicas, assim como economia, pois os livros físicos ainda são considerados caros, a facilidade nas pesquisas, entre outras vantagens. Portanto, as bibliotecas precisam investir em soluções digitais, tanto para melhor gestão e otimização da sua unidade, quanto para a busca por conteúdos específicos por parte dos usuários.

4 BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A denominação “bibliotecário jurídico” remete a um profissional graduado em Biblioteconomia e que atua em ambientes jurídicos. Muitas vezes, tal como Passos (2002) comenta esse profissional aprende em sua rotina as noções do Direito, assim como seu vocabulário, sem um conhecimento mais aprofundado para a atuação nessa área.

Na Biblioteconomia, a demanda por profissionais especializados no mercado de trabalho tem sido cada vez mais comum, então, no ramo jurídico também acontece dessa forma. Como a produção de informação jurídica é imensurável e o número de documentos publicados anualmente nessa área é elevado, o trabalho do corpo jurídico consiste também em buscar resoluções para tratar essas problemáticas.

Tais soluções podem estar contidas em livros, teses, artigos, entre outros e somente com base na realização de pesquisas será possível obter o conhecimento necessário que nortearão as análises e decisões pendentes. Por conta dessa situação, muitas vezes o usuário mantém contato com o bibliotecário jurídico para a realização de pesquisas, portanto, reitera-se a importância do profissional se especializar nessa área para atuar de maneira profícua. Baptista et al. (2008, p. 153) exteriorizam que

A necessidade de especialização dos bibliotecários tem início com o surgimento das bibliotecas especializadas, a elaboração de bibliografias também especializadas e a criação do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que é um desafio para o bibliotecário se especializar nessa área, pois esse ambiente laboral demanda precisão do conteúdo documental a fim de atender o pesquisador acerca de um determinado documento e, para tanto, deve-se realizar uma pesquisa mais concisa com o menor esforço dispendido.

Enfatiza-se que o bibliotecário que atua em uma biblioteca especializada jurídica deve atender-se a enorme gama de informação contida nos acervos especializados. Para tanto, compreende-se que, além das técnicas e especializações inerentes a profissão, os profissionais necessitam atentar-se para as tecnologias emergentes a fim de se manterem atualizados frente às novas demandas laborais, uma vez que o conhecimento tecnológico tem sido frequentemente solicitado.

A tecnologia deve ser utilizada para contribuir com o trabalho do bibliotecário, onde este possa ter o controle das suas atividades e dos seus afazeres. Nas bibliotecas físicas, é importante que haja a disposição do profissional pelo menos uma máquina que contenha um *software* capaz de gerar estatísticas de uso. Esse *software* é reconhecido como *software* de

gerenciamento de biblioteca, que, além de possibilitar a visualização do número de empréstimos, renovações, devoluções, isto é, funções básicas de uma biblioteca, deve permitir que o bibliotecário possa gerar estatísticas dos documentos mais e menos acessados, por exemplo, para analisar o nível de satisfação dos usuários quanto aos materiais disponíveis.

Amaral (2005, p. 19) comenta que as bibliotecas enfrentam esse grande desafio de modificação em seu campo, “[...] aprimorando suas condições de acesso à informação com o uso de tecnologias avançadas, tornando-se cada vez mais eletrônica, digital e virtual.”. Ora, se quase todas as atividades cotidianas podem ser feitas virtualmente, nada mais aceitável do que a biblioteca se adaptar a essa realidade.

Percebe-se então que atualmente as bibliotecas são constantemente afetadas pela tecnologia, tanto em virtude da concessão de acesso rápido da informação ao usuário, quanto da interferência tecnológica nos processos administrativos, que passam a ser realizados de forma remota, principalmente nos últimos tempos, em que se vivencia uma pandemia e percebe-se claramente a utilidade da tecnologia em possibilitar novos rumos aos ambientes de trabalho.

Mais uma vez, enfatiza-se que para que as bibliotecas jurídicas consigam fornecer algum suporte informacional pertinente, torna-se necessário que os profissionais que nelas atuam estejam capacitados para exercerem seu papel de fornecedores da informação, visto que na área do Direito é possível perceber uma demasiada problemática organizacional, na qual toda massa documental, conforme menciona Passos (1994), causaria um caos documentário se não existissem formas de organizar a informação contida nos documentos, já que há variados documentos jurídicos sendo produzidos e renovados a cada instante.

Desta forma, o bibliotecário jurídico deve adquirir a informação de que necessita através das mais variadas fontes possíveis, e para isso precisa ser hábil ao procurá-la. Salienta-se que o bibliotecário jurídico coexiste para aplicar “[...] teorias e técnicas da Biblioteconomia ao trabalho de selecionar, adquirir, prover e disseminar informações jurídicas.”. (PASSOS; WALTER, 2014, p. 23). Além do mais, os bibliotecários jurídicos devem especializar-se com as terminologias jurídicas para se comunicar efetivamente com os usuários. Devem também dispor de recursos capazes de produzir informações pertinentes que possam ser usufruídas pelo corpo jurídico, levando em consideração que os principais receptores das bibliotecas jurídicas são advogados, legisladores, desembargadores, juízes, tratadistas e todos aqueles que lidam com a informação jurídica.

A área de atuação do bibliotecário jurídico “[...] não se estende apenas às bibliotecas especializadas em Direito, mas também àquelas localizadas em órgãos públicos,

universidades e escritórios de advocacia.”. (PASSOS, 2001). Independente do local de trabalho do bibliotecário, este deve atentar para a organização da informação jurídica de modo que esta seja disponibilizada eficientemente. Daí o surgimento do aspecto tecnológico nas bibliotecas especializadas jurídicas, que vem para aprimorar o trabalho dos bibliotecários jurídicos, que, conseqüentemente, podem oferecer aos seus usuários a informação de que necessitam de maneira ágil através de *sites* criados para otimizar as atividades de juizes, promotores, advogados, dentre outros profissionais.

4.1 Bibliotecário jurídico no contexto da pandemia

A pandemia de COVID-19 chegou ao Brasil no início do ano de 2020 e, por ser altamente contagiosa, trouxe sérias complicações à saúde pública. Após a sua proliferação para todo o mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que se tratava de uma pandemia devido ao seu alastramento geográfico, que atingira níveis mundiais.

Antes da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), os profissionais, de modo geral, já estavam buscando aprimorar seus conhecimentos tecnológicos, visto que vários órgãos e empresas visam oferecer continuamente uma gama de atividades para clientes e usuários que podem ser feitas remotamente. Então, com as recomendações de isolamento social por consequência do alastramento da COVID-19, os profissionais que precisam lidar com o público, e que não estavam acostumados com plataformas digitais, entre outras ferramentas tecnológicas, tiveram que se adaptar a esse novo contexto social.

Neste cenário, infelizmente, muitas instituições foram fechadas e as que “sobreviveram” esforçam-se para continuarem ativas. Muitas transcorreram para o atendimento virtual, ou, se não, tiveram que repensar essa possibilidade, como é o caso das bibliotecas escolares, por exemplo, já que a maioria das escolas foram fechadas devido à recomendação da suspensão das aulas presenciais. Nesta conjuntura, é delegada ao bibliotecário uma atuação ativa apesar das circunstâncias.

Nessa perspectiva, Silva (2020, p. 165) recomenda que o bibliotecário possa contribuir “[...] para a disseminação da informação, o bem-estar das pessoas e a consolidação de um estado de normalidade no Brasil e no mundo.”. Essa contribuição, antes remetida somente à atuação voltada para os acervos tradicionais, hoje se expande ao virtual, cuja “[...] prática ocorre de forma direcionada e centrada, tratando a informação independentemente do suporte em que esteja registrada.”. (RODRIGUES; SOUZA, 2020, p. 74).

Diante do exposto, reforça-se que a biblioteca, como instituição que oferece variados serviços e produtos informacionais, e o profissional que nela atua, ou seja, o bibliotecário,

precisa aprimorar suas habilidades e competências para não preocupar-se somente com o espaço de atuação em si, mas também em servir o usuário, mesmo que de forma virtual, a fim de manter a sua instituição ativa e contribuir de forma produtiva nos espaços informacionais digitais.

Uma prática que se popularizou entre as instituições, foi a inserção do *home office*, teletrabalho ou trabalho remoto, que significa “escritório em casa”, no qual o trabalhador não precisa locomover-se para a empresa, ou seja, realiza as atividades em casa, pelo menos aquelas que possibilitam essa modalidade de trabalho, que não é nova, mas que se tornou mais comum com a pandemia.

Essa flexibilização em alguns ambientes de trabalho foi necessária para que os serviços se mantivessem presentes mesmo em outras esferas. Os bibliotecários, como parte de um grupo que deve atuar também no ambiente digital, carecem ainda de intensificação das práticas no sentido de gerir a informação contida virtualmente.

Silva (2020, p. 164) comenta a importância da encontrabilidade de informação, que “[...] está intrínseca à capacidade de possibilitar que as informações se tornem encontráveis e acessíveis tanto em ambientes informacionais analógicos quanto digitais.”. Essa encontrabilidade envolve a busca da informação por meio de taxonomias, folksonomias, vocabulários controlados, etc.

Desse modo, as taxonomias podem ser utilizadas para a estruturação do conteúdo informacional, visando apoiar a encontrabilidade da informação, via mecanismo de busca e/ou apresentando a informação por meio de categorias informacionais em que o conteúdo será recuperado via navegação. (VECHIATO; VIDOTTI, 2014, p. 122).

Sendo, portanto, um dos modos de categorizar a informação, a taxonomia, tende a auxiliar o usuário na busca facilitada pelo conhecimento desejado, pois este estará agrupado, organizado e categorizado a fim de disponibilizar a solicitação do usuário por meio de categorias.

Outro ponto que deve ser discutido no momento atual é a questão da ansiedade, e as demais doenças de cunho psicológico, que atinge níveis preocupantes, especialmente no contexto da pandemia, na qual a incerteza atinge toda a população em meio a caos provocado por uma mudança brusca nas tarefas do cotidiano.

A ansiedade informacional, que também faz parte do conjunto de doenças relacionadas ao psíquico, é caracterizada como a

[...] distância cada vez maior entre o que compreendemos e o que achamos que deveríamos compreender. É o buraco negro que existe entre dados e

conhecimento, e ocorre quando a informação não nos diz o que queremos ou precisamos saber (WURMAN, 1991, p. 38).

Muitas vezes, algumas pessoas acham que não estão informadas o suficiente, ou ficam com medo de deixar passar algo que considere relevante e essa situação pode desencadear a ansiedade informacional, que pode atingir um determinado indivíduo tanto pela falta quanto pelo excesso de informação, às vezes sem perceber.

O bibliotecário também entra nessa pauta da ansiedade informacional por causa das competências técnicas e informacionais inerentes da profissão, isto é, possui *know-how*² para utilizar as ferramentas de busca de informação, portanto, pode contribuir para que os usuários vejam a informação de modo menos ameaçador e mais confiante para que possam lidar com toda a informação exposta.

² Habilidade para realizar algo.

5 ANÁLISE DA PESQUISA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a realização prática deste estudo, utilizou-se a pesquisa exploratória, descritiva e de campo, com abordagem qualitativa para o tratamento dos dados que foram obtidos a partir da análise de *sites*. Enfatiza-se que quatro etapas foram seguidas para o alcance do objetivo proposto para a realização desta pesquisa, como já mencionado na introdução. A primeira consistiu na identificação das bibliotecas jurídicas em São Luís - MA que possuem *sites* na Internet. Na segunda etapa, foi feita uma busca para localizar os *sites* das respectivas bibliotecas. A terceira etapa compreendeu a reunião das funções utilizadas para analisar os *sites*, para isso, utilizou-se como parâmetro o estudo feito por Amaral e Guimarães (2002), conforme quadro 1.

Quadro 1 - Funções propostas para *sites* de bibliotecas

Funções	Descrição
Informacional	Informações básicas sobre a biblioteca
Promocional	Usos de ferramentas capazes de promover a biblioteca
Instrucional	Instruções dos recursos informacionais da biblioteca
Referencial	Utilização de <i>links</i> para outras páginas
De Pesquisa	Serviços e produtos ofertados pela biblioteca
De Comunicação	Interatividade proporcionada pela biblioteca

Fonte: adaptado de Amaral e Guimarães (2002)

A quarta e última etapa abrangeu a comparação entre as funções propostas com as funcionalidades reais presentes nos *sites* das bibliotecas. Além da comparação, também foi possível, por intermédio do *checklist*, averiguar qual função possui maior e menor índice de ocorrência de desempenho, assim como expor as funcionalidades a serem melhoradas e acrescentadas. Para organização da pesquisa, desenvolveu-se o quadro 2 com o quantitativo de 4 (quatro) órgãos jurídicos que atuam no âmbito estadual.

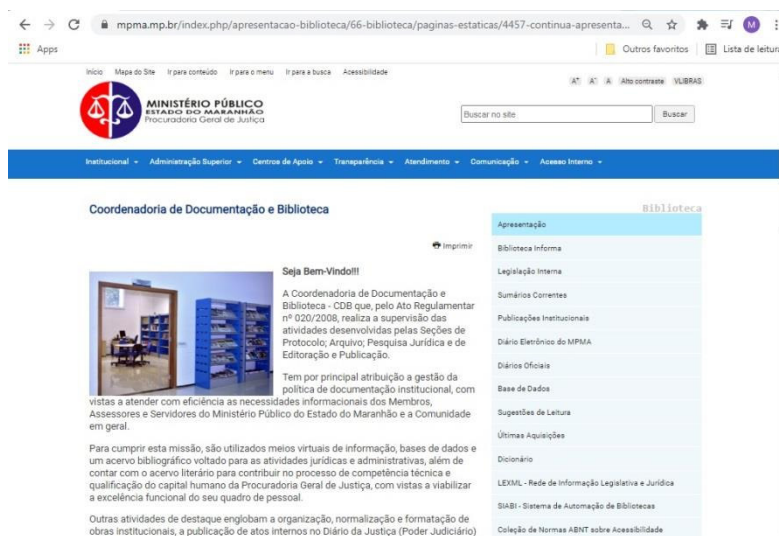
Quadro 2 - Bibliotecas jurídicas em São Luís - MA

LISTAGEM
▪ Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA)
▪ Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16)
▪ Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
▪ Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA)

Fonte: autora

O primeiro *site* explorado foi o da Biblioteca “Arcelina Mochel”, pertencente à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB) do Ministério Público do Maranhão, que utiliza meios virtuais de informação por intermédio do seguinte sítio: <https://www.mpma.mp.br/index.php/apresentacao-biblioteca>. Na página da apresentação da CDB há uma breve apresentação da sua regulamentação, conforme figura 1.

Figura 1 - Página inicial do *site* da Biblioteca do MPMA



Fonte: Ministério Público do Estado do Maranhão [2009]

Pelo Ato Regulamentar nº 020/2008, a CDB realiza a supervisão das atividades desenvolvidas pelas Seções de Protocolo, Arquivo, Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, e tem por principal atribuição a gestão da política de documentação institucional, com vistas a atender com eficiência as necessidades informacionais dos Membros, Assessores e Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão e a Comunidade em geral (MPMA, [2009]).

Segundo informações disponibilizadas no *site*³, para cumprir esta atribuição, são utilizados meios virtuais de informação, bases de dados e um acervo bibliográfico voltado para as atividades jurídicas e administrativas, além de contar com o acervo literário para contribuir no processo de competência técnica e qualificação do capital humano da Procuradoria Geral de Justiça, com vistas a viabilizar a excelência funcional do seu quadro de pessoal.

Outras atividades de destaque englobam a organização, normalização e formatação de obras institucionais, a publicação de atos internos no Diário Eletrônico do Ministério Público

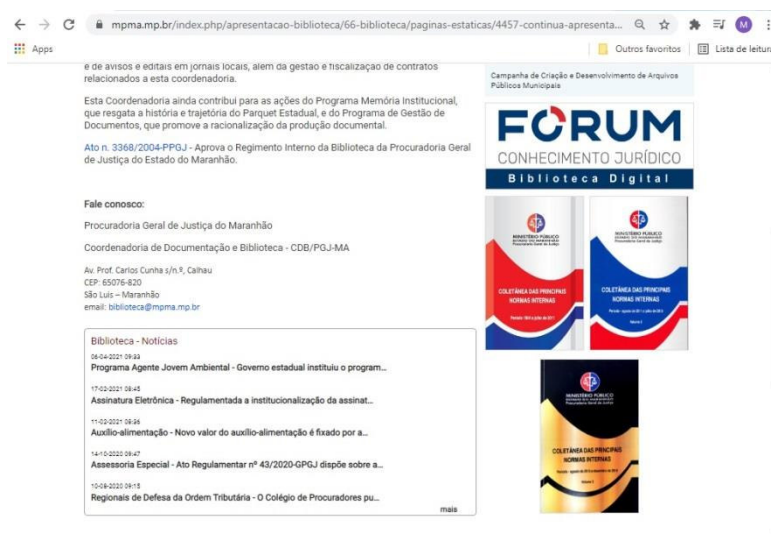
³ <https://www.mpma.mp.br/index.php/apresentacao-biblioteca>.

(DEMP/MA) e de avisos e editais em jornais locais, além da gestão e fiscalização de contratos relacionados à própria coordenadoria. A CDB ainda contribui para as ações do Programa Memória Institucional, que resgata a história e trajetória do *Parquet* Estadual, e do Programa de Gestão de Documentos, que promove a racionalização da produção documental.

Além da apresentação, observam-se as seguintes abas: biblioteca informa, legislação interna, sumários correntes, publicações institucionais, diário eletrônico do MPMA, diários oficiais, base de dados, sugestões de leitura, últimas aquisições, dicionário, LEXML (Rede de Informação Legislativa e Jurídica), SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas), Coleção de Normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) sobre Acessibilidade, Campanha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais.

Na página da apresentação, também consta o ícone para a Biblioteca Digital e três figuras em forma de livros que remetem às coletâneas das principais normas internas (figura 2).

Figura 2 – Coletânea das principais normas internas



Fonte: Ministério Público do Estado do Maranhão [2009]

O segundo *site*⁴ a ser explorado foi o da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (figura 3), “João Freire Medeiros”, que passou a ser integrante do Setor de Biblioteca e Gestão Documental através da Resolução Administrativa nº 038/97.

A Biblioteca do TRT16 oferece serviços diversos e tem como clientela: magistrados, juízes, servidores do órgão, acadêmicos de direito, promotores, advogados e a comunidade em geral (TRT16, [2020]).

⁴ <https://www.trt16.jus.br/biblioteca>.

Figura 3 - Página inicial do *site* da Biblioteca do TRT16

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região [2010]

No mês de dezembro de 2021, visitei novamente a página da Biblioteca do Trabalho da 16ª Região e esta retirou do seu *site* os *links* para a Biblioteca Virtual *Vlex* e para o *Juris Plenum*, inserindo no espaço o *Magister Net*, que, segundo o *site* do produto

[...] é o melhor sistema de pesquisas online do mercado, trazendo conteúdo jurisprudencial, legislativo, doutrinário e prático-processual de alta qualidade e confiabilidade, além de exclusivo cruzamento de informações entre documentos da base de dados por *links* de hipertexto, e telas de pesquisas de extrema simplicidade para o usuário. É a melhor relação custo/benefício entre os produtos online disponíveis no mercado jurídico nacional, e o primeiro reconhecido como Repositório Autorizado pelo STF, STJ e TST. (*Lex Magister*, [202?]).

A página inicial do TRT16 agora conta com uma aba para o produto jurídico mencionado e, ao clicar no *link*, há a possibilidade de contatar os responsáveis pelo *LexMagister* através de um *chat online*. Também se observa a apresentação de lançamentos, chamadas, submissões de artigos, etc.

Ademais, a página anterior contava com poucos itens informacionais, e devido ao envio do *checklist* para a gestora da biblioteca, a mesma solicitou a intervenção do suporte técnico para novas modificações, incluindo a inserção de mais fotos da biblioteca (figura 4). Ainda na página inicial a Biblioteca acrescentou algumas informações, como missão, visão e valores, objetivo, histórico, unidades, equipe, horário de atendimento, telefone, *e-mail*, os serviços e produtos já mencionados, Sistema SIABI e *LexMagister* e notícias.

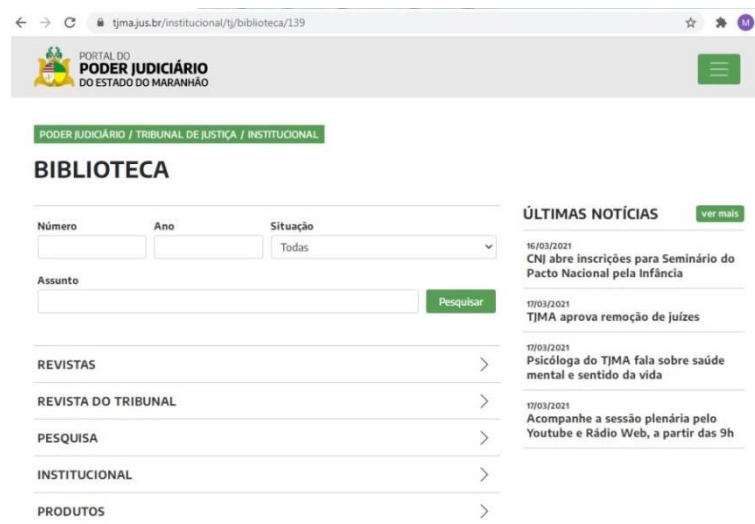
Figura 4 – Nova página inicial do *site* da Biblioteca do TRT16



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região [2010]

O terceiro *site*⁵ a ser estudado foi o da “Des. Madalena Serejo”, pertencente ao Tribunal de Justiça do Maranhão (figura 5). Segundo informações retiradas da página, não há data precisa da criação da Biblioteca do respectivo órgão, pode-se dizer que sua formação tenha ocorrido de forma gradual, como em muitas bibliotecas. A página inicial enfatiza as revistas, produtos, funcionamento, serviços, obras raras, acervo e histórico.

Figura 5 - Página inicial do *site* da Biblioteca do TJMA



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA [2010]

Historicamente, há indicativos de que as antiguidades no acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça foram impressas nas primeiras décadas do século XIX, e que os primeiros

⁵ <https://www.tjma.jus.br/institucional/tj/biblioteca/titulo-biblioteca/139/9361>.

juízes para cá enviados tivessem trazidos consigo as leis então vigentes em Portugal e suas colônias, as chamadas “ordenações”, assim como livros de jurisprudência e obras de outras áreas do conhecimento humano, restritas naqueles tempos à leitura de clérigos e magistrados (TJMA, [2010]).

O quarto e último *site*⁶ é pertencente à Seção de Biblioteca do TRE-MA. A Biblioteca denomina-se “João Mohana” e está subordinada a Coordenadoria de Gestão da Informação da Secretaria de Administração e Finanças, voltada para atender os membros da corte, estagiários, terceirizados, requisitados e servidores, como também usuários externos (TRE-MA, [2010]). A página inicial da Biblioteca contempla quatro principais abas: informações, histórico, acervo e Revista Maranhão Eleitoral, como visualizado na figura 6.

Figura 6 - Página inicial do *site* da Biblioteca do TRE-MA



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral [2010]

No que se refere às funções exploradas e analisadas, estas visam estabelecer medidas de avaliação que podem ser aplicadas em *sites* de vários tipos de bibliotecas: especializadas, escolares, públicas, dentre outras, isto porque é recomendável que as páginas contenham informações concernentes às funções propostas pelas autoras Amaral e Guimarães (2002), mesmo que os itens sejam adaptados com o passar do tempo. Desta forma, as funções explicitam o seguinte:

- a) Função informacional: informações sobre a biblioteca existentes no *site*, tais como: nome da biblioteca, nome da instituição mantenedora, seções da biblioteca, equipe, notícias e novidades sobre a biblioteca, eventos realizados pela ou na biblioteca, missão da biblioteca, *e-mail* geral e setorial, telefone geral e setorial, endereço

⁶ <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/biblioteca-do-tre-ma>.

físico, histórico, horário de funcionamento, normas e regulamentos, informações sobre as instalações físicas, estatísticas, fotos e/ou imagens da biblioteca, relação dos produtos e serviços oferecidos;

- b) Função promocional: uso de ferramentas promocionais da Internet existentes no *site*, tais como: selo com o logotipo da instituição, selo com o logotipo da biblioteca, janelas *pop up* com informações sobre a biblioteca, *banner* da biblioteca, *webcasting*, animações, *hot site*;
- c) Função instrucional: instruções sobre o uso dos recursos informacionais oferecidos pela biblioteca na forma tradicional e online existentes no *site*, tais como: FAQs (perguntas mais frequentes), guias e passos para consulta, informações sobre como usar serviços e produtos oferecidos pela biblioteca, mapa do *site*;
- d) Função referencial: *links* para outras fontes de informação existentes no *site*, tais como: acesso a bases de dados, *links* para mecanismos de busca, *links* para *sites* de outras bibliotecas, *links* para materiais de referência (dicionários, enciclopédias), *links* para periódicos eletrônicos, *links* para *sites* de instituições;
- e) Função de pesquisa: serviços e produtos oferecidos no *site* da biblioteca, tais como: catálogo da biblioteca *online*, lista dos periódicos, biblioteca digital, serviço de empréstimo, disponibilização de material bibliográfico *online*, serviço de reserva, serviço de referência *online*;
- f) Função de comunicação: mecanismos para estabelecer relacionamentos, tais como: ouvidoria, formulários para cadastrar usuários, coletar opinião/satisfação pelos serviços, coletar sugestões e críticas, pesquisar opinião sobre o *site*, coletar sugestão de compra, *link* para contato com a biblioteca, telefone e acessibilidade.

Através da observação e descrição dos itens encontrados, averiguaram-se as funções desempenhadas pelos *sites* das bibliotecas escolhidas por meio do *checklist*, utilizado como instrumento de recolha de dados e informações para o desenvolvimento deste estudo. Segundo Lira (2006, não paginado),

O Checklist é uma das ferramentas auxiliaadoras na avaliação da usabilidade de sistemas interativos. Caracteriza-se pela verificação da conformidade da interface de um sistema interativo por meio de recomendações ergonômicas contidas numa lista de verificação. Essa ferramenta pode garantir que sistemas informatizados (onde interface e funcionalidade devem ser consideradas) propiciem vantagens em termos de rapidez de aprendizado e facilidade de uso aos usuários.

O *checklist* escolhido para a avaliação nos *sites* das bibliotecas jurídicas, como já mencionado, foi adaptado de Amaral e Guimarães (2002) e o intuito da sua utilização é possibilitar a avaliação não somente da interface dos *sites*, mas também se as páginas possibilitam vantagens informacionais e de uso para os seus usuários.

Ao procurar por *checklists* ou outra forma de avaliação pré-definidos, percebeu-se que há certa escassez com relação a esse assunto, ou seja, faltam referências no que tange a averiguação de *sites* de bibliotecas brasileiras, isto é, algo que reúna itens que possam ser utilizados para avaliar critérios virtuais específicos. Desta maneira, ressalta-se a importância de autores e pesquisadores relacionados à Biblioteconomia e Ciência da Informação proporem outros métodos de avaliação para averiguar a usabilidade das funções dos *sites* que possam melhorar a experiência de navegação dos usuários.

5.1 Função informacional

Esta função expõe as informações que as bibliotecas possuem em seus *sites*. São dados considerados básicos, uma vez que são essenciais para que o usuário conheça pelo menos um pouco dos dados contidos página visitada. Os itens indicativos da função estão apresentados no quadro 3.

Quadro 3 - Função informacional

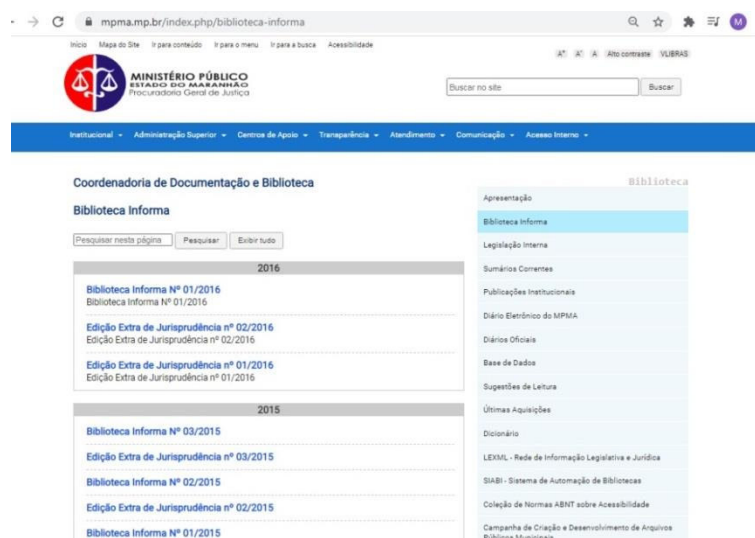
Itens	Situação			
	Biblioteca do MPMA	Biblioteca do TRT16	Biblioteca do TJMA	Biblioteca do TRE - MA
Nome da biblioteca	✓	✓	✓	✓
Instituição mantenedora	✓	✓	✓	✓
Seções da biblioteca	✓	✓	✓	✓
Equipe		✓	✓	✓
Notícias/novidades sobre a biblioteca	✓	✓	✓	✓
Eventos da biblioteca		✓		✓
Missão da biblioteca	✓	✓	✓	
Visão da biblioteca		✓	✓	
Valores da biblioteca		✓	✓	

<i>E-mail</i>	✓	✓	✓	✓
Endereço	✓	✓	✓	✓
Telefone	✓	✓	✓	✓
Histórico	✓	✓	✓	✓
Horário de funcionamento	✓	✓	✓	✓
Normas e regulamentos	✓	✓	✓	✓
Informações sobre as instalações físicas		✓	✓	✓
Estatísticas		✓	✓	✓
Destaques do acervo	✓	✓		✓
Fotos da biblioteca	✓	✓		✓

Fonte: autora

A Biblioteca do MPMA cumpre quase todos os itens do *checklist*, porém, falta especificar: equipe, eventos, visão, valores, informações sobre as instalações físicas e estatísticas. Dentre as funcionalidades presentes no *site*, que constam na função institucional, enfatiza-se a parte da “Biblioteca Informa” que tem como objetivo a divulgação de súmulas, legislações, entre outras informações competentes ao universo jurídico, conforme observado na figura 7.

Figura 7 - Biblioteca Informa



Fonte: Ministério Público do Estado do Maranhão [2009]

Sobre a Biblioteca do TRT16, devido à mudança na página inicial, o *site* cumpriu todos os requisitos da função informacional. Dentre as funcionalidades presentes nesta

função, enfatiza-se o item “destaques do acervo” (figura 8). A forma como esse item é apresentado no *site* torna a dinâmica da página interessante, apesar de ter uma seta para passar os títulos das obras, o usuário o faz se quiser, porque a linha horizontal é passada automaticamente através de uma animação. Essa dinâmica também existe na Biblioteca do MPMA devido à atualização do sistema SIABI, no mês de dezembro de 2021.

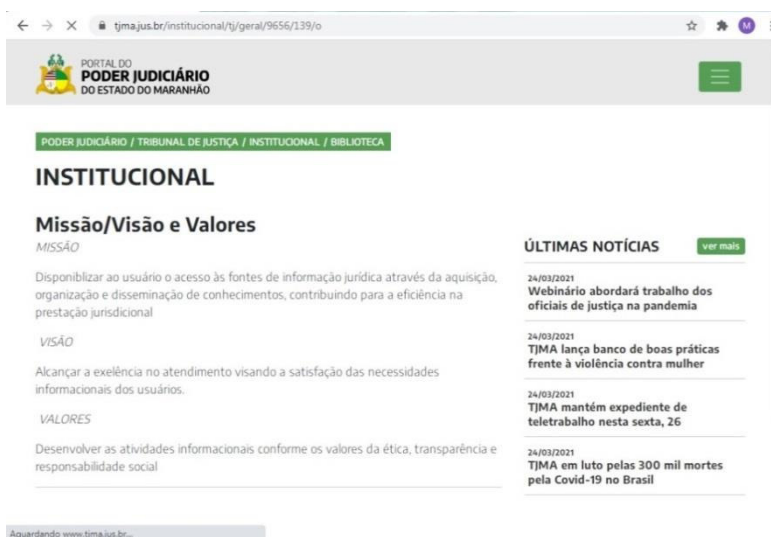
Figura 8 - Destaques do acervo



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região [2010]

O *site* da Biblioteca do TJMA cumpre quase todos os requisitos da função informacional, exceto pela ausência dos eventos da biblioteca, destaques do acervo e fotos da biblioteca. Um diferencial foi o destaque dado à missão, visão e valores (figura 9).

Figura 9 - Página inicial do *site* da Biblioteca do TJMA



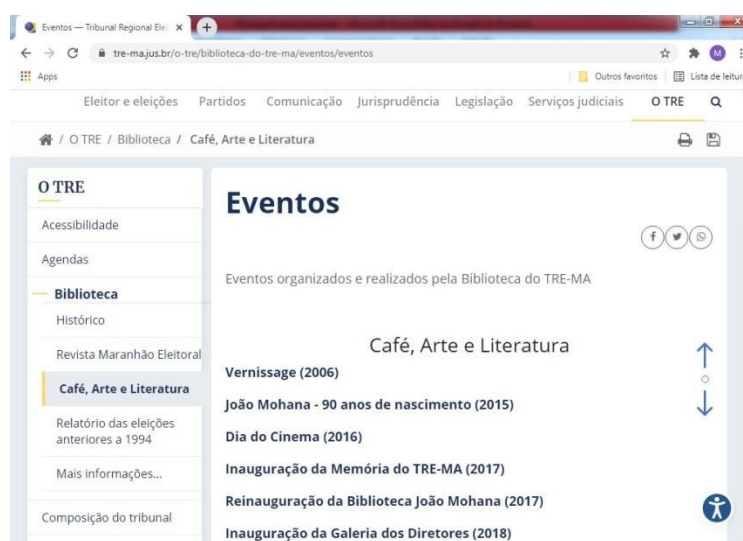
Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão [2010]

A página da Biblioteca do TJMA explicita que tem como missão a disponibilização do acesso às fontes de informação jurídica através da aquisição, organização e disseminação de

conhecimentos para contribuir com a eficiência na prestação jurisdicional, como visão alcançar a excelência no atendimento visando à satisfação das necessidades informacionais dos usuários e como valores o desenvolvimento das atividades informacionais conforme os valores da ética, transparência e responsabilidade social. Reforça-se que a publicação da filosofia institucional faz jus ao que verbalizou Machado (2009, p. 15), pois seria uma maneira de expor a ideologia da instituição e fornecer a esta “os instrumentos orientadores e balizadores da gestão de qualidade”.

Já no *site* da Biblioteca do TRE-MA, as principais informações estão contidas na página inicial da Biblioteca, na aba “informações”, conforme já mostrado na figura 6, no entanto, falta expor missão, visão e valores. Conforme conversa com a estagiária do local, a Biblioteca dispõe de tais itens, mas não expostos no *site*. No mais, destaca-se o preenchimento do espaço “eventos”, que, conforme figura 10, há alguns eventos organizados e realizados pela Biblioteca.

Figura 10 – Eventos da Biblioteca do TRE-MA



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral [2010]

A título de comparação, apresenta-se na figura 11 o histórico da Biblioteca do Senado, cujos itens informacionais são bem detalhados, contando com ilustrações. Na mesma página, há ainda a informação de que a Biblioteca tem como missão “fornecer o suporte informacional necessário às atividades desenvolvidas no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional”.

Através do histórico contido na página, sabe-se que o *site* da Biblioteca do Senado foi lançado “em 12 de março de 1997 [...] disponibilizando o seu catálogo geral, incluindo livros, revistas, artigos de jornais e obras raras [...] Em 1999, a Comissão Diretora [...] aprovou a

aquisição e a implantação de um novo sistema de gerenciamento automatizado de informações [...]. (SENADO, [2010]).

Figura 11 - Histórico da Biblioteca do Senado



Fonte: Senado Federal [2010]

Em dezembro de 2000 foi instalado novo sistema de gerenciamento de bibliotecas, adotando o formato de intercâmbio bibliográfico MARC (*Machine Readable Cataloging*). A Rede Sabi recebeu, então, nova denominação: Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), gerenciada pela Biblioteca do Senado. Em 2006, foi criada a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) com a função de armazenar, preservar, divulgar e possibilitar o acesso ao texto integral das publicações do Senado Federal à produção intelectual dos servidores da Casa e a outros documentos de interesse do Poder Legislativo. (SENADO, [2010]).

5.2 Função promocional

Esta função expõe as divulgações e/ou promoções que as bibliotecas realizam em seus *sites* com o intuito de utilizar ferramentas que sejam capazes de difundir os seus pontos fortes para que obtenham maior visibilidade dos usuários. Os itens indicativos da função constam no quadro 4.

Quadro 4 - Função promocional

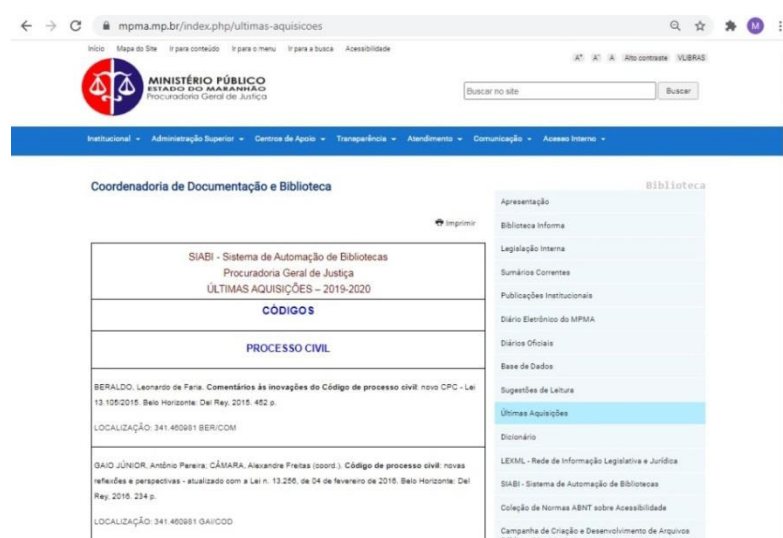
Itens	Situação			
	Biblioteca do MPMA	Biblioteca do TRT16	Biblioteca do TJMA	Biblioteca do TRE - MA
Logotipo da instituição	✓	✓	✓	✓

Logotipo da biblioteca				✓
Anúncios/banners	✓	✓		✓
<i>Webcasting</i> ⁷		✓		
Animações	✓	✓		
<i>Hot site</i> ⁸	✓	✓		
Links para redes sociais	✓			✓
Últimas aquisições	✓	✓	✓	
Últimas notícias	✓	✓	✓	

Fonte: autora

Observa-se que quase todos os pontos da função promocional da Biblioteca do MPMA foram preenchidos, com exceção do logotipo da biblioteca e *webcasting*. Enfatiza-se o seguinte item preenchido: “últimas aquisições”, conforme figura 12. A utilização dessa ferramenta possibilita que o usuário veja se os materiais recém-inseridos na Biblioteca podem ser úteis naquele momento da sua respectiva pesquisa.

Figura 12 - Últimas aquisições



Fonte: Ministério Público do Estado do Maranhão [2009]

As últimas aquisições do *site* da biblioteca do MPMA estão alocadas em tabela que é dividida por códigos da área do Direito, sendo estes: Processo Civil, Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Internacional, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Licitação, Servidor Público, Controle Externo, Governança, Direito Ambiental, Direito Urbanístico,

⁷ transmissão de um evento na *World Wide Web* (EDUCALINGO, 201?).

⁸ focado em trazer destaque a uma campanha ou ação de *marketing* pontual (ROCKCONTENT, 2018).

Direito Econômico, Direito Processual, Ministério Público, Processo Civil, Direito Penal, Direito Civil, Organizações, Associações, Direito Agrário e Literatura.

No *site* da Biblioteca do TRT16, dentre as funções promocionais, estão presentes: logotipo da instituição, *banners* (figura 13), *webcasting*, animações (presentes no item destaques do acervo, como dito anteriormente), *hotsite*, últimas aquisições e últimas notícias. Destacam-se alguns *banners* que estão presentes no *site* da Biblioteca do TRT16, nos quais estão dispostos como forma de divulgação das realizações do corpo bibliotecário, como, por exemplo, participações nos encontros da área da Biblioteconomia, entre outros.

Figura 13 - *Banners*



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região [2010]

Além dos *banners*, ao adentrar o *link Magister Net* da nova página inicial da Biblioteca, o usuário é direcionado para o *Lex Magister*, que se caracteriza como uma espécie de portal que contém produtos jurídicos. Ao adentrar o respectivo portal, observa-se o uso da ferramenta promocional *hotsite* como forma de chamar a atenção do público por meio das divulgações, lançamentos de livros, revistas, artigos, entre outros. Os produtos inseridos no portal estão disponíveis para compra. Essa aba é uma exemplificação de que “[...] eclodiram novos campos de atuação para o bibliotecário empreender na área de gestão da informação, ofertando serviços voltados para essas demandas sociais e mercadológicas.” (SPUDEIT, 2016, p. 15). A oferta de produtos informacionais demanda constante atualização, pesquisa e visão empreendedora para atender os usuários e o mercado em geral.

A função promocional relativa ao *site* da Biblioteca do TJMA abrange três itens do *checklist* proposto: logotipo da instituição, últimas aquisições e últimas notícias, conforme

figura 14. Sobre a última, podem-se visualizar as notícias recentes praticamente em toda a página, pois ficam estáticas.

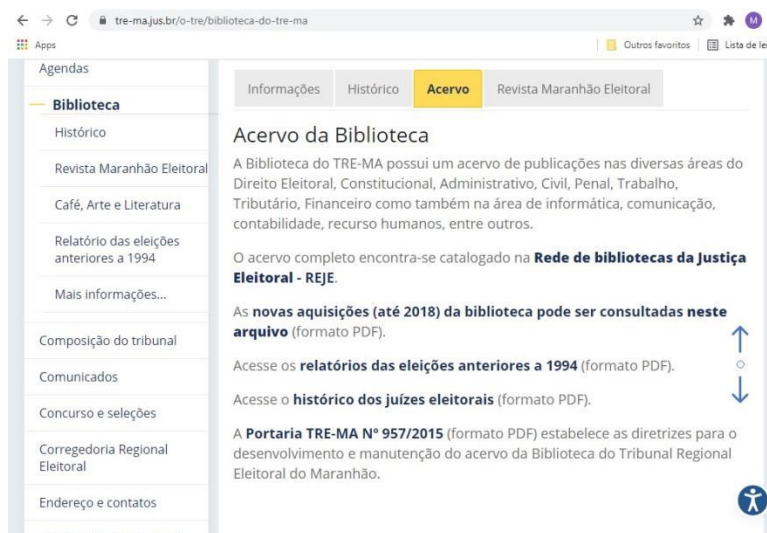
Figura 14 – Últimas notícias



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão [2010]

A função promocional da Biblioteca do TRE-MA contém: logotipo da instituição, logotipo da biblioteca, anúncios/*banners* e *links* para redes sociais. A página contemplaria também o item “últimas aquisições”, no entanto, a figura 15 mostra que está desatualizado.

Figura 15 – Desatualização de informação



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral [2010]

Como observado, a informação relativa às últimas atualizações está atrasada. A página anuncia a seguinte informação: “As novas aquisições (até **2018**) da biblioteca pode ser consultadas neste arquivo” (grifo nosso).

Um ponto que deve ser comentado é que apesar de algumas das bibliotecas possuírem *links* para as redes sociais, nenhuma delas possui uma conta própria para a sua respectiva biblioteca, ou seja, a rede social é da instituição mantenedora. Evidencia-se que o *Instagram*, por exemplo, é uma mídia social que cada vez mais é acessada pelos internautas, sendo uma fonte de comunicação realmente promissora.

5.3 Função instrucional

Parte-se agora para a função instrucional, que visa, como o próprio nome já diz, instruir o usuário, ou seja, o internauta, que adentra o *site* desejado e se depara com as abas e *links* existentes. O *checklist* da função citada pode ser observado no quadro 5.

Quadro 5 - Função instrucional

Itens	Situação			
	Biblioteca do MPMA	Biblioteca do TRT16	Biblioteca do TJMA	Biblioteca do TRE - MA
FAQ (perguntas mais frequentes)				
Mapa do <i>site</i>	✓			
Guias/passos para consulta	✓	✓		✓
Instruções sobre o uso do <i>site</i>	✓	✓		

Fonte: autora

Em relação à opção “guias/passos para consulta”, ressalta-se que não faz parte do *checklist* original, ou seja, o item foi acrescentado porque a maioria das bibliotecas apresentou esse item em seus *sites*. Todas as bibliotecas pesquisadas, cenários desta pesquisa, também disponibilizaram algum meio para instruir os usuários, mas nenhuma possui o item FAQ.

A função instrucional na página da Biblioteca do MPMA conta com mapa do *site*, guias/passos para consulta e instruções sobre o uso do *site*. Na aba relativa ao sistema de biblioteca SIABI, a página demonstra os passos para consulta de utilização do acesso eletrônico aos sumários das revistas jurídicas.

Assim como na Biblioteca do MPMA, a Biblioteca do TRT16 apresenta através do sistema SIABI um *link* com a pergunta “como pesquisar?”, ou seja, sugere que o usuário que

obtiver quaisquer tipos de dúvidas possa ser instruído quanto à pesquisa no respectivo sistema através de tutoriais de uso, guias/passos para consulta e instruções sobre o uso do *site*.

A Biblioteca do TRE-MA conta com guias/passos para consulta. A Biblioteca fornece um guia do usuário em formato PDF para orientação dos usuários que utilizarem o sistema *Aleph 500*, o *software* da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral, para uso do catálogo *online* e serviços de empréstimo, renovação e reserva.

Ressalta-se a importância da inserção de itens que instruem os usuários, a exemplo do *site* da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal – STF, que disponibiliza o “mapa do portal”, com todo o repertório do seu *site* organizado em listas para que o usuário consiga localizar as informações que procura.

5.4 Função referencial

A função referencial fornece acesso a outras fontes de informação por meio de *links* clicáveis, seja para bases de dados, outras bibliotecas, materiais de referência, periódicos eletrônicos, instituições, entre outros, conforme demonstrado no quadro 6.

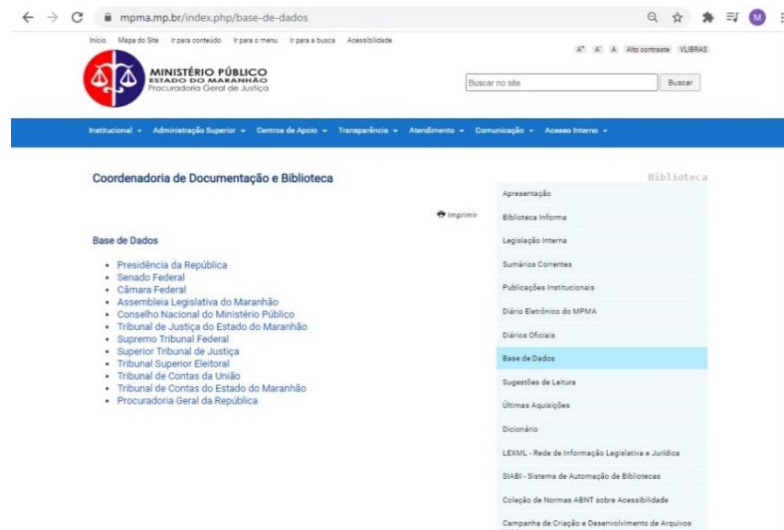
Quadro 6 - Função referencial

Itens	Situação			
	Biblioteca do MPMA	Biblioteca do TRT16	Biblioteca do TJMA	Biblioteca do TRE - MA
Acesso a bases de dados	✓	✓	✓	✓
<i>Links</i> para mecanismos de busca	✓	✓		✓
<i>Links</i> para <i>sites</i> de outras bibliotecas	✓	✓		✓
<i>Links</i> para materiais de referência	✓			✓
<i>Links</i> para periódicos eletrônicos	✓	✓	✓	✓
<i>Links</i> para <i>sites</i> de instituições	✓	✓		✓

Fonte: autora

Com relação à função referencial, a Biblioteca do MPMA contempla todos os itens. Demonstra-se o acesso a bases de dados através da aba “base de dados”, conforme figura 16, que possui uma lista de órgãos jurídicos.

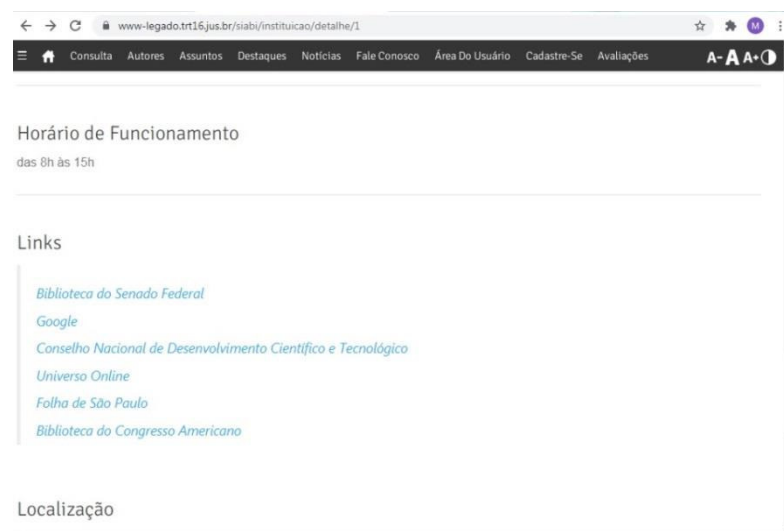
Figura 16 - Base de dados



Fonte: Ministério Público do Estado do Maranhão [2009]

Sobre a parte referencial da Biblioteca do TRT16, o *site* contempla quase todos os itens, com exceção de *links* para materiais de referência. A parte relativa aos mecanismos de busca, por exemplo, conta com alguns *links* que direcionam para a Biblioteca do Senado Federal, Google, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Universo Online, Folha de São Paulo e Biblioteca do Congresso Americano, conforme figura 17.

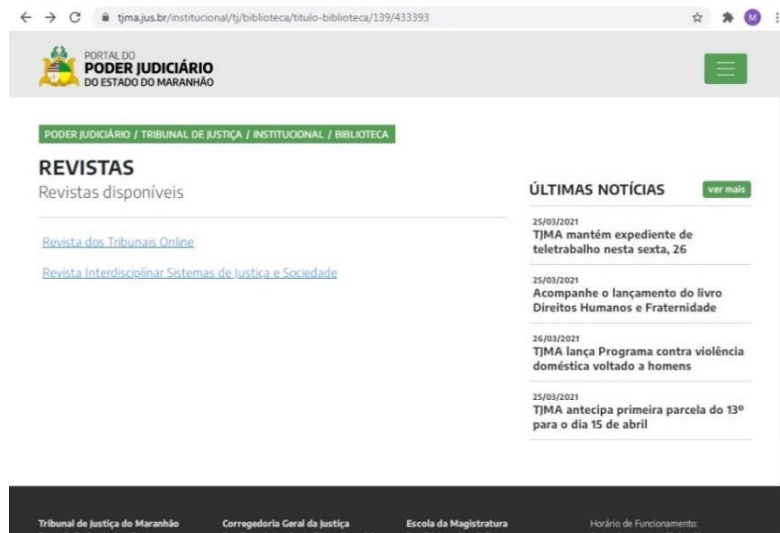
Figura 17 - Links para mecanismos de busca



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região [2010]

Na Biblioteca do TJMA, os itens contemplados na função referencial foram: acesso a bases de dados e *links* para periódicos eletrônicos, este último conta com dois *links* de duas revistas: a Revista dos Tribunais *Online* e a Revista Interdisciplinar Sistemas de Justiça e Sociedade, tal como demonstrado na figura 18.

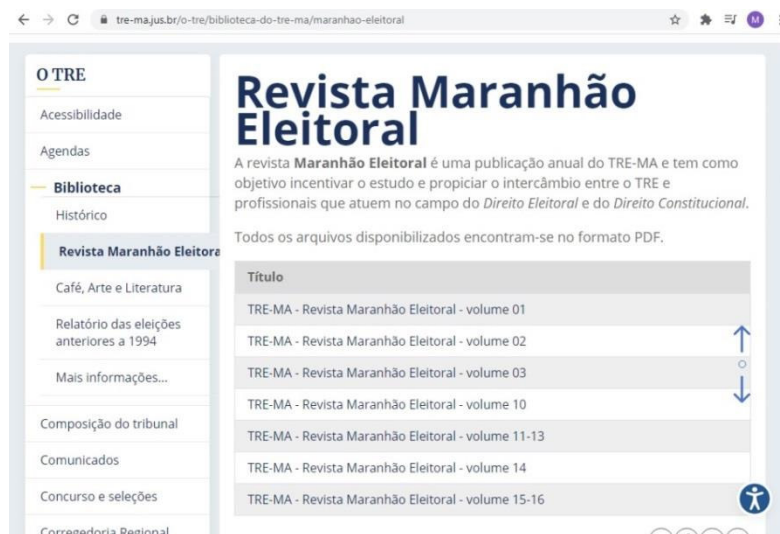
Figura 18 - Revistas disponíveis



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão [2010]

Assim como no *site* da Biblioteca do MPMA, a Biblioteca do TRE-MA, também preencheu todos os itens da função referencial.. Destaca-se o item “*links* para periódicos eletrônicos”, nos quais há alguns *links* para a Revista Maranhão Eleitoral, própria do TRE-MA, conforme observado na figura 19.

Figura 19 - Revista Maranhão Eleitoral



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral [2010]

5.5 Função de pesquisa

A função de pesquisa visa disponibilizar os mecanismos disponíveis para os usuários terem acesso aos serviços e produtos que são oferecidos pelas páginas, conforme visualizado no quadro 7.

Quadro 7 - Função de pesquisa

Itens	Situação			
	Biblioteca do MPMA	Biblioteca do TRT16	Biblioteca do TJMA	Biblioteca do TRE - MA
Catálogo da biblioteca <i>online</i>	✓	✓	✓	✓
Lista de periódicos	✓			✓
Biblioteca digital	✓	✓		
Serviço de empréstimo <i>online</i>				
Disponibilização de material bibliográfico <i>online</i>	✓	✓		
Serviço de reserva <i>online</i>	✓	✓		✓
Serviço de renovação <i>online</i>	✓	✓	✓	✓
Serviço de referência <i>online</i>		✓	✓	✓

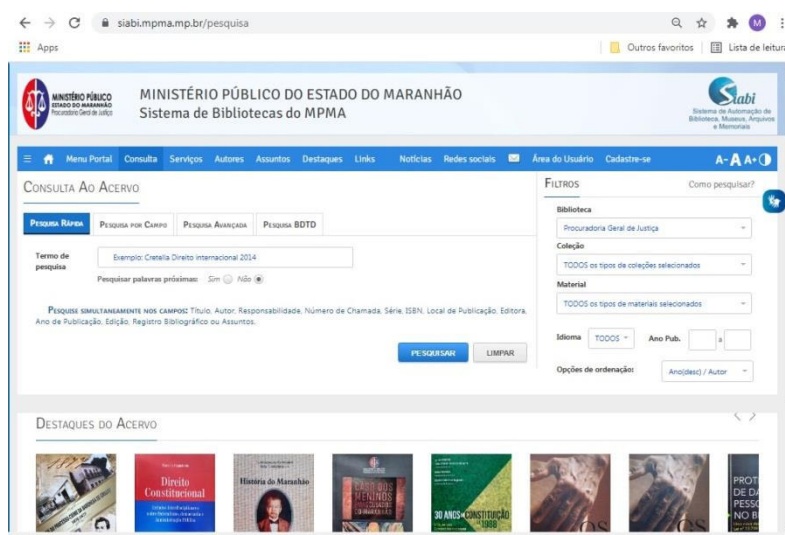
Fonte: autora

O *site* do MPMA cumpre os seguintes itens: catálogo da biblioteca *online*, lista de periódicos, biblioteca digital, disponibilização de material bibliográfico *online*, serviço de reserva e serviço de renovação *online*. Dentre essas funções, ressalta-se a biblioteca digital, que foi adicionada recentemente. O usuário, ao adentrar a intranet, que pode ser acessada de qualquer lugar, coloca seu *e-mail* e senha institucional e, ao visualizar o ícone da editora Fórum, esta na qual a Biblioteca possui convênio, pode acessar facilmente a biblioteca digital e explorar os seus recursos. A existência de uma biblioteca digital é vital, uma vez que praticamente todos os sistemas de informação estão imersos no mundo digital e necessitam de documentos que estejam acessíveis nesse suporte a fim de facilitar a procura de dados. Sayão (2008-2009, p. 9) comenta que

A complexidade das bibliotecas digitais em termos tecnológicos e organizacionais, somada ao seu universo vasto e variado de usuários e à multiplicidade de visões – reais e imaginárias – sobre as suas possibilidades e a sua extensão, impacta significativamente a construção de uma definição comum.

Além da biblioteca digital, a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca do MPMA possui uma aba para os sumários correntes, com ícones de algumas revistas: “Revista dos Tribunais”, “Revista do Direito do Consumidor”, “Revista Síntese de Direito Administrativo”, “Revista Síntese de Direito de Família”, “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, “Revista de Direito Privado”, “Direito Constitucional e Internacional”, “Direito Ambiental”, “Revista Brasileira de Ciências Criminais”, “Revista de Processo”, “Revista Dialética de Direito Tributário”, “Interesse Público”. Como já mencionado, em dezembro de 2021, o *site* da Biblioteca do MPMA atualizou a sua página de pesquisa (figura 20). A substituição ocorreu para o *SIABI Premium*, que inclui a opção de visualizar os destaques, tal como no *site* da Biblioteca do TRT. Para consulta ao acervo, o usuário pode optar pela pesquisa rápida, por campo, avançada ou na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Figura 20 – SIABI Premium



Fonte: Ministério Público do Estado do Maranhão [2009]

Na Biblioteca do TRT16, quase todos os itens estão preenchidos na função de pesquisa, com exceção da lista de periódicos e serviço de empréstimo *online*. A página realiza a disponibilização de um catálogo de biblioteca *online*, como demonstrado na figura 21. Para consulta ao acervo, o usuário pode optar pela pesquisa rápida, por campo, avançada, BDJUR

ou *JusLaboris*. O usuário também pode optar por filtrar os campos a fim de agilizar a sua procura.

Figura 21 - *Links* para mecanismos de busca

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região [2010]

Na Biblioteca do TJMA, os itens catálogo da biblioteca *online* e serviços de reserva e renovação *online* são contemplados na função de pesquisa. Utiliza-se o sistema do SIABI como fonte de pesquisa (figura 23).

Figura 22 - Catálogo da Biblioteca do TJMA

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão [2010]

Como consta no próprio *site*, há também uma aba somente para a apresentação dos produtos ofertados, como: acórdãos do Tribunal de Justiça do Maranhão: produto não impresso, decisões proferidas por este Tribunal que são publicadas nas Revistas dos Tribunais, Forense e Revista Jurídica. Legislação Estadual: produto não impresso, contendo a

ementa da legislação extraída do Diário Oficial - Poder Executivo. Há também o Boletim de Legislação: produto não impresso, contendo os atos normativos do Poder Judiciário cadastrados no SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas), compêndio de resoluções: produto impresso, contendo a resoluções do Poder judiciário, novas aquisições: produto não impresso, publicações adquiridas por meio de compra, doação ou permuta passando a compor o acervo da Bibliotecal, sumários correntes: produto não impresso, que compreende a referência bibliográfica do periódico seguida do seu sumário incluindo, também, a capa do periódico, *clipping* do presidente: produto impresso, apresenta notícias do Presidente veiculadas nos principais jornais de circulação local.

Na Biblioteca do TRE-MA, cinco itens da função de pesquisa são preenchidos: catálogo da biblioteca *online*, lista de periódicos, serviço de reserva, renovação e referência *online*. Como catálogo, a Biblioteca utiliza a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral, conhecida como REJE, que pode ser observada na figura 23.

Figura 23 – REJE



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral [2010]

O serviço de reserva, como explicita o *site*, só poderá ser realizado quando o livro pertencer ao acervo do TRE-MA e o livro estiver emprestado. A reserva poderá ser feita pelo sistema da REJE e na biblioteca. O usuário será comunicado por telefone quando o livro reservado for devolvido e terá um prazo de 48h após a devolução para fazer o empréstimo das obras, senão a reserva será cancelada. O serviço de renovação para o mesmo título poderá ser feita, por até três vezes, desde que não haja reserva feita por outro servidor. Não poderá ser renovado livro com data de empréstimo expirado. O usuário que não conseguir efetuar a renovação e a reserva através do sistema da REJE e não estiver cadastrado no sistema da

biblioteca, deve entrar em contato através do telefone da Seção de Biblioteca (TRE-MA, 2021).

5.6 Função de comunicação

A função de comunicação visa estabelecer relacionamentos, fazer a conferência de pontos que precisam ser melhorados, entre outros tipos de coleta de informação para melhorar o relacionamento com o usuário, a exemplo dos itens presentes no *checklist* do quadro 8.

Quadro 8 - Função de comunicação

Itens	Situação			
	Biblioteca do MPMA	Biblioteca do TRT16	Biblioteca do TJMA	Biblioteca do TRE - MA
Ouvidoria	✓	✓	✓	✓
Formulários				
Coleta de satisfação	✓	✓		
Coleta de crítica	✓	✓		
Pesquisa de opinião	✓	✓		
Coleta de sugestão de compra	✓	✓		✓
<i>Link</i> para contato com a biblioteca	✓	✓	✓	✓
Telefone	✓	✓	✓	✓
Acessibilidade	✓	✓		✓

Fonte: autora

Nos *sites* das bibliotecas estudadas, nenhuma possui os espaços denominados: “coleta de satisfação”, “coleta de crítica”, “pesquisa de opinião”, “coleta de sugestão de compra”. Apesar disso, percebeu-se, conforme *checklist* recebido pelas gestoras dos *sites* das bibliotecas do MPMA e TRT16, que o *e-mail* institucional serve também para a coleta desses dados.

Dois itens não contemplados na classificação apontada por Amaral e Guimarães (2002) foram acrescentados nessa função: ouvidoria e acessibilidade. Sobre esta última, lembra-se que é importante para as bibliotecas que apresentem ícones de acessibilidade e opção de alto contraste para pessoas com médio ou alto déficit visual.

Já o item Ouvidoria é um exemplo de instrumento comunicacional, institucional e jurídico que, ao lado de outros canais de participação e controle social existentes, busca operacionalizar o princípio da democracia participativa consagrado na Constituição, então, afirma-se que as entidades públicas devem possuir um instrumento para intermediar as relações entre os cidadãos e os órgãos ou entidades aos quais pertencem, promovendo a qualidade da comunicação entre eles e colaboração mútua. Enfatiza-se que o item Ouvidoria foi incluído também por remeter a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), discutida bastante na área da Biblioteconomia, visto que o bibliotecário, assim como outros profissionais, também deve contribuir quanto à operacionalização, mediação e efetivação do acesso à informação.

Relativo aos itens da função de comunicação, no *site* da Biblioteca do MPMA, ao clicar em “leia mais”, opção presente na página inicial da Biblioteca do MPMA, o usuário consegue visualizar a opção “fale conosco”, conforme figura 24, na qual há o *e-mail* da Biblioteca, então, caso o usuário queira entrar em contato, basta mandar um *e-mail* para solicitar informação, sugerir aquisição de livros específicos, criticar, elogiar ou simplesmente dar alguma opinião.

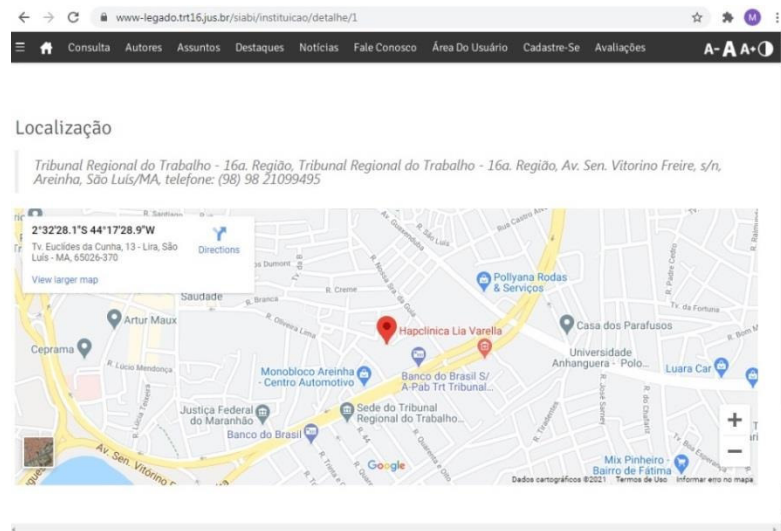
Figura 24 - Fale conosco



Fonte: Ministério Público do Estado do Maranhão [2009]

A Biblioteca do TRT16 disponibiliza um *link* para a função de comunicação, também denominada “fale conosco”, que é uma ferramenta geral para as coletas de informações. Observa-se o número de telefone no final da página inicial, juntamente com a localização da biblioteca física, que se caracteriza como função comunicacional (figura 25).

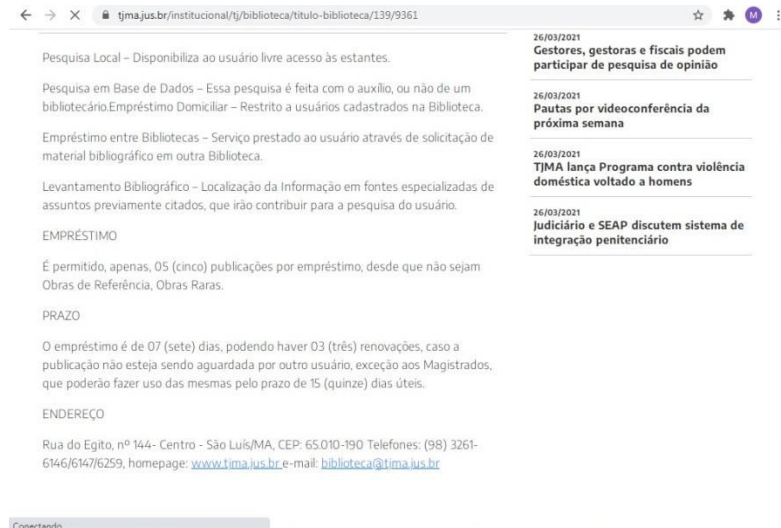
Figura 25 - Telefone do TRT16



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região [2010]

No *site* da Biblioteca do TJMA, não há um *link* específico para a função de comunicação, mas ao clicar na aba serviços, no final da página, observa-se o endereço, telefone, *homepage* e *e-mail* da Biblioteca, conforme mostrado na figura 26.

Figura 26 - Comunicação com a Biblioteca do TJMA



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão [2010]

No *site* da Biblioteca do TRE-MA, há um *link* para o contato via *e-mail* que está presente logo na página inicial, como mostrado inicialmente na figura 6. Tal contato serve também para sugestões encaminhadas no período de aquisição, conforme contato com a Biblioteca.

Todas as bibliotecas pesquisadas disponibilizaram algum meio para contato, mas nenhuma possui alguma opção de formulário. No mais, ressalta-se que quase todas possuem acessibilidade em Libras, além do aumento e diminuição da fonte e contraste de página.

A título de informação, a Biblioteca do Senado também possui o aplicativo VLibras em sua página. O aplicativo citado

[...] trata-se de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tal ferramenta consiste em um conjunto de ferramentas Open Source responsável por traduzir textos, áudios e até mesmo vídeos, para a língua brasileira de sinais - LIBRAS. A extensão VLibras consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a LIBRAS (OLIVEIRA et al., 2020, p. 26).

A implantação de um *software* voltado para a comunidade surda é essencial para a inclusão de novos usuários, porém, esta pauta não faz parte da discussão principal proposta desse trabalho, mas sugere-se que esse assunto seja discutido constantemente, visto que a acessibilidade é um tema atual e que contribui para a comunicabilidade nas bibliotecas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas, no âmbito geral, são instituições altamente sociais, isto é, significa que necessita adequar-se à realidade social, para se fazer presente nas mais diversas situações, inclusive no meio digital, através da disponibilização de serviços, produtos e suas devidas divulgações a fim de proporcionar ao usuário a melhor experiência possível.

Para a concretização dessa missão, é imprescindível que o profissional da informação tenha competência informacional para atuar nesse âmbito virtual. Quem tem que ter essa atitude é o próprio bibliotecário, que deve estar atento às mudanças que ocorrem rapidamente na sociedade, principalmente na atual situação a qual o mundo se encontra, em que foi instalada uma pandemia e esta fez com que muitas atividades fossem modificadas, aprimoradas e até mesmo migradas para o ambiente digital.

Sabe-se que a estrutura curricular do curso de Biblioteconomia, especificamente no Maranhão, não abrange conteúdos que contemplem as áreas de tratamento da informação jurídica (MARTINS, 2019), o que torna mais difícil a atuação do bibliotecário que queira adentrar no campo das bibliotecas jurídicas. Nessa assertiva, uma boa alternativa seria a oferta de disciplinas optativas, além do aprimoramento dos conhecimentos gerais obtidos na formação acadêmica através da formação continuada, tais como cursos de extensão, especialização, mestrado, fóruns, seminários, encontros, dentre outros métodos de aprimoramento que servirão como apoio e progressão profissional ao bibliotecário.

Este estudo analisou as funcionalidades de quatro bibliotecas jurídicas que atuam em São Luís - MA e que possuem *sites* na Internet. Através do preenchimento de *checklists*, instrumento de recolha de dados e informações utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, adaptados de Amaral e Guimarães (2002), foi possível realizar a análise. As quatro bibliotecas escolhidas foram dos seguintes órgãos jurídicos: Ministério Público do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e Tribunal Regional Eleitoral.

Através do estudo, foi possível identificar qual função possuiu maior índice de ocorrência de desempenho, assim como a função com o menor índice. Constatou-se que as páginas deram mais ênfase aos itens da função informacional, na qual a maioria aloca dados sobre a instituição mantenedora, equipe, notícias, novidades, eventos realizados, algumas possuem missão, visão e valores e todas disponibilizaram *e-mail*, telefone, endereço físico, histórico, horário de funcionamento, normas e regulamentos. Algumas também contemplaram

informações sobre as instalações físicas, e divulgaram fotos e/ou imagens da biblioteca, além dos produtos e serviços oferecidos.

A função que menos teve item preenchido foi a função instrucional. O FAQ (*Frequently Asked Questions*), ou, em Português: perguntas mais frequentes, por exemplo, não teve nenhum preenchimento. Como se sabe, o papel do FAQ é responder e destacar as dúvidas mais frequentes dos usuários, geralmente posto em formato de perguntas e respostas. Criar um FAQ ajuda a melhorar o atendimento e poupa o tempo do usuário que, em vez de mandar a pergunta para algum meio de comunicação, já visualiza sua questão na própria página.

Com essa afirmativa, deduz-se que os gestores das bibliotecas devem dar mais ênfase a função instrucional, visto que nem todos os usuários possuem experiência de navegação nesses ambientes virtuais, ou seja, o bibliotecário precisa requerer o aprimoramento dessa função, pois há a necessidade de sanar as dúvidas dos usuários sobre o que a biblioteca oferta, e, para tanto, é necessário que o internauta consiga entender as funcionalidades expostas.

Como resultados, expuseram-se os elementos constituintes de cada *site* a fim de adequar os itens menos preenchidos para fornecer subsídios aos gestores das respectivas bibliotecas para posterior apresentação dos aspectos que podem ser melhorados ou, se necessário, apoiar a criação de novas ferramentas para que haja maior visibilidade e aproveitamento pelos usuários de cada aplicabilidade existente. É de suma importância e necessário que o gestor visualize quais itens dos *checklists* não foram contemplados para poder solicitar as devidas atualizações a fim de melhorar as experiências dos usuários.

Durante a realização da pesquisa, alguns entraves apareceram, tais como a pouca literatura existente no que se refere às bibliotecas especializadas, principalmente no contexto atual, a demora de espera pelo *feedback* a respeito dos *checklists* enviados para os *emails* dos gestores das bibliotecas escolhidas, além de poucas metodologias de estudo para avaliações de *sites* de bibliotecas.

Sobre este último, percebeu-se que há certa escassez com relação a esse assunto, ou seja, faltam referências no que tange a averiguação de *sites* de bibliotecas brasileiras, isto é, algo que reúna itens que possam ser utilizados para avaliar critérios virtuais específicos. Desta maneira, ressalta-se a importância de autores e pesquisadores relacionados à Biblioteconomia proporem outros métodos de avaliação para averiguar a usabilidade de *sites* que possam melhorar a experiência de navegação dos usuários.

Apesar desses entraves, enfatiza-se que os obstáculos foram superados, e pode-se afirmar, conforme relatos dos gestores da biblioteca, que este trabalho contribuiu para que os

próprios pensassem na atualização dos seus *sites* de maneira consciente e planejada, com a exploração de todos os seus recursos.

Deduz-se que o estudo em questão é relevante, pois os novos suportes nos quais as bibliotecas, em geral, estão sendo concebidas, apesar de haver, em tese, serviços presenciais ofertados, a imersão de um ambiente virtual denota a otimização do trabalho do bibliotecário, já que o usuário pode realizar muitas de suas pesquisas por materiais presentes na Internet.

Nesta assertiva, é necessário que as bibliotecas disponham de um *site* bem construído e pensado no usuário, uma vez que esse recurso informacional é como uma “extensão” da biblioteca física, no qual os gestores instrumentalizam as funções a fim de melhorar a comunicação entre bibliotecário, informação e usuário.

Finalmente, almeja-se que mais pesquisas no campo da biblioteconomia jurídica sejam abordadas, principalmente no âmbito virtual, uma vez que a modernização tecnológica cada vez mais adentra esse campo e faz-se necessário que os bibliotecários sempre utilizem as tecnologias disponíveis a seu favor.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maia Cristiane; PASSOS, Edilenice; COSTA, Sely Maria de Souza. Informação científica e tecnológica e desenvolvimento econômico e social: contribuição da biblioteca especializada. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: APBEB, 1991. v. 2. p. 683-691. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17765/3/EVENTO_%20Informa%c3%a7%c3%a3oCient%c3%adficaTecnol%c3%b3gica.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.
- AMARAL, Sueli Angélica do. Web sites: uso de tecnologias no cumprimento das funções da biblioteca. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 15-40, jul./dez. 2005. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13456/1/ARTIGO_WebsitesUsoTecnologias.pdf. Acesso em: 11 fev. 2021.
- AMARAL, Sueli Angélica do; GUIMARÃES, Tatiara Paranhos. Sites das bibliotecas universitárias brasileiras: estudo das funções desempenhadas. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 12., Recife, 2002. **Anais...** Recife, 2002. CD.
- AMARAL, Sueli Angélica do; SOUZA, Katyusha Madureira Loures de. Funções desempenhadas pelos websites de bibliotecas jurídicas governamentais brasileiras. **Investigación bibliotecológica**, v. 22, n. 46, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2008000300008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010.
- ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Serviços de referência virtual. **Ci. Inf.** v. 30. n. 2. ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/HCD4NgxmGtY8SjGjtVYCxtG/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000200002>.
- BAPTISTA, Sofia Galvão; PASSOS, Edilenice J. Lima; SOARES, Maria das Graças; SOUSA, Luciana Araújo Gomes de. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v. 1 n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1545/1361>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Uma leitura sobre a Biblioteconomia Jurídica no Brasil e em países selecionados: contribuições, particularidades, semelhanças e diferenças. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.3, n.1, p. 176-216, jan./jun.2016. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/87/91>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004.
- BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista et al. Docência online em tempos de pandemia (covid 19): um estudo exploratório sobre a prática docente. **International Journal of Development Research**, 10, (10), 41385-41393. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65047451/20235-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1643380732&Signature=WxIeYADlM3ijtZu1um5YfyHQou6KbXEYQxsJeFUNXWwoL3CNmXW0ZZnMhKpsxsTdTp~mEfXU8Z~-SG3uaOr00DggHGvN-KaWmicCxe3zIEk6rNF10z5qAi4hOP7MjRd~Plkz4m4D4Bjenqzntpgsv4Dv31QklhtVM0k5BAAhguT4Z8JG4nPAYKFR1-KWm13IrG-fVryzXFam9s-kM5wydudHbOmPqysmjX~2P7Cdb-X4SQkoPIBQ7Ifv3simAcBHx69-P2TrIXvsxb2RWbRMgLhqNjMZlc2IBp8sTS5fvdETjUfCrS71WvhQDYyeWAMkn6ZyV20iqpcB4r4Xza-UuQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Senado Federal. Biblioteca do Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2. p. 218-241. set. 1978. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/77414>. Acesso em: 26 jan. 2021.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67 - 80, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/556/338>. Acesso em: 18 fev. 2021.

EDUCALINGO. **Dicionário**. [s.d.], [201?]. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-en/webcast#:~:text=Um%20webcast%20%C3%A9%20uma%20apresenta%C3%A7%C3%A3o,para%20muitos%20ouvintes%20%2F%20visualizadores%20simult%C3%A2neos.&text=Essencialmente%2C%20o%20webcasting%20%C3%A9%20%22transmitido%22%20pela%20Internet>. Acesso em: 28 fev. 2021.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 9-25, jan./jun., 1979. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_f05f908822_0016855.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

GARCEZ, Eliane Maria Stuart; RADOS, Gregório J. Varvakis. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, maio/ago. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652002000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 21 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Marcos Rogério; SANTOS, Valéria Silva. A Biblioteca Jurídica como fonte de conhecimento decisório. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-11, set. 2009.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Formas da informação jurídica: uma contribuição rara sua abordagem temática. **R. bras. Bibliotecon. e Doc.**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 41-54, jan./jun.1993. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19240>. Acesso em: 26 nov. 2021.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEXMAGISTER. **Produtos jurídicos**. [s.d.], [201?]. Disponível em: <https://www.lex.com.br/produto-magisternet/21>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LIRA, Elaine Cristina Soares. Critérios para análises de *sites*. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 14., Salvador, 2006. **Anais...** Salvador, 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5155>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MACHADO, Denise Selbach. **Filosofia institucional**: missão – visão – valores do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009. 119 p. TCC (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18488/000730113.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MAIA, Cristiane, PASSOS, Edilenice, COSTA, Sely M. de. Informação científica e tecnológica e desenvolvimento econômico e social: contribuição da biblioteca especializada. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: APBEB, 1991. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17765>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MARANHÃO. Justiça do Trabalho. Biblioteca. Disponível em: <https://www.trt16.jus.br/biblioteca>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MARANHÃO. Ministério Público. Coordenadoria de Documentação e Biblioteca. Disponível em: <https://www.mppma.mp.br/index.php/apresentacao-biblioteca>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MARANHÃO. Portal do Poder Judiciário. Biblioteca. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/institucional/tj/geral/0/139/o>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MARANHÃO. Tribunal Regional Eleitoral. Biblioteca. Disponível em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/biblioteca-do-tre-ma/biblioteca-do-tre-ma?SearchableText=biblioteca>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. A formação e atuação do bibliotecário em instituições jurídicas em São Luís, Maranhão: percursos e demandas profissionais. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 28., 2019. Vitória. **Anais...** Vitória: CBBD, 2019. Disponível em: <portal.febab.org.br>. Acesso em: 13 maio 2021.

MARTINHO, Ana; OCHÔA, Paula. Biblioteconomia jurídica em Portugal: análise da evolução dos contextos de formação e especialização. **Cadernos de Informação Jurídica**,

Brasília, v. 3, n. 1, p. 142-175, jan./jun. 2016. Disponível em:
<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/66/89>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho; MIRANDA, Erlano Silva de. Fontes de informação jurídica. **Encontros Bibli**, v. 22, n. 50, 2017. p. 76-90. ISSN 1518-2924.

MOTA, Francisca Rosaline Leite; OLIVEIRA, Marlene de. Formação e atuação profissional. *In: OLIVEIRA, Marlene de (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação.* Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, A. A. Inovação e disponibilização de serviços nas bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora. *In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 28., 2014. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em:
<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/628-2017.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

OLIVEIRA, A.C.C. **Biblioteca especializada jurídica**: campo de atuação para o profissional bibliotecário. Formiga: UNIFOR/MG, 2013. Disponível em:
<https://repositorioinstitucional.unifor.br/21074/xmlui/handle/123456789/204>. Acesso em: 19 abr. 2021.

OLIVEIRA, Igor Farias de et al. A utilização do aplicativo vlibras como forma de ensino e aprendizagem para alunos surdos. **Revista Psicologia e Saberes**, v. 9, n. 16, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1169>. Acesso em: 14 out. 2021.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de; POTTER, Suelem Gadelha. Informação Jurídica: conhecendo definições. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17331>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PASSOS, Edilenice. A biblioteconomia jurídica brasileira no século XXI. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 69-76, jan./jun. 2019. Disponível em:
<https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/222>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. *In: Encontro de documentação e informação jurídica do rio de janeiro*, 3., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.infolegis.com.br/wa_files/perfilbibjuridico.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

PASSOS, Edilenice (org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.

PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

PASSOS, Edilenice. O futuro da biblioteca jurídica. *In: Encontro das Bibliotecas da 4ª Região e I Reunião do Grupo de Automação de Bibliotecas da 4ª Região*, 1., Porto Alegre, 2005. **Anais...** Porto Alegre: Infolegis, 2005. Disponível em:
http://www.infolegis.com.br/wa_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

PASSOS, Edilenice; WALTER, Maria Tereza Machado Teles. O mercado de trabalho para o bibliotecário jurídico no Poder Legislativo federal e nos tribunais superiores. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-49, 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2017/10/pdf_393b44a132_0000027698.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

PEREIRA, Raquel Godran. **Biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico**: uma revisão de literatura. 2017. 39 p. TCC (Graduação) – Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS. 2017. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7637/TCC%20Raquel%20Pereira%20-%20vers%C3%A3o%20fim.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Informação**: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. Morpheus, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry (coord.) et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCKCONTENT: **Hotsite**: o que é, quando usar e quais as diferenças para um site. [*s.d.*], 2018. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/hotsite/#:~:text=O%20hotsite%20%C3%A9%20focado%20em,com%20foco%20na%20proposta%20central>. Acesso em: 28 fev. 2021.

RODRIGUES, Jucyara da Silva; SOUZA, Carine Monteiro Oliveira de. Novas práticas de atuação do bibliotecário em tempos de pandemia. *In*: SPUDEIT, Daniela; SOUZA, Claudia (org.). **Atuação dos profissionais da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em época de pandemia**. Florianópolis: Rocha Gráfica, 2020.

SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é biblioteca digital? **Revista USP**, São Paulo, n.80, p. 6-17, dezembro/fevereiro 2008-2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14675/1/biblioteca-digital.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero**, v. 0, n. 0, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7327>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, Jacyara Kalina Themistocles da. Perspectivas da atuação do bibliotecário em um cenário de enfrentamento à pandemia de COVID-19. *In*: SPUDEIT, Daniela; SOUZA, Claudia (org.). **Atuação dos profissionais da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em época de pandemia**. Florianópolis: Rocha Gráfica, 2020.

SPUDEIT, Daniela. Empreendedorismo na Biblioteconomia. *In*: SPUDEIT, Daniela; SOUZA, Claudia (org.). **Empreendedorismo na Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: agência Biblio, 2016.

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana A. B. Gregorio. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126218/ISBN9788579835865.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 out. 2021.

VOLPATO, Sílvia Maria Berté; BORENSTEIN, Carlos Raul. A trajetória de uma biblioteca especializada: o caso da biblioteca do curso de pós-graduação em administração da UFSC. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 87-97, jan. 2000. ISSN 2175-8077. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/8055>. Acesso em: 12 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/%x>.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de Informação**: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura, 1991.

APÊNDICE A – Coleta da pesquisa

Pesquisa Caixa de entrada x ✕ 🖨 📧

 **MARIANA VIEGAS GUTERRES** <mariana.viegas@discente.ufma.br> seg., 25 de out. 08:00 ☆ ↩ ⋮
para biblioteca ▾

Bom dia!

Sou Mariana Viégas, estudante de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e estou em processo de elaboração da minha monografia tendo como orientadora a Profa. Dra. Raimunda Ribeiro, do Departamento de Biblioteconomia da UFMA. O tema é: "Biblioteconomia no campo jurídico: estudo das funcionalidades dos *sites* das bibliotecas jurídicas de São Luís do Maranhão", no qual os *sites* das bibliotecas jurídicas, cenários deste estudo, estão inclusos. Estou enviando em anexo *checklists*, instrumentos de coleta da pesquisa e peço que o (a) sr (a) preencha de acordo com o *site* da Biblioteca (comentários e observações à vontade) e posteriormente me encaminhe para o prosseguimento da pesquisa.

Atenciosamente,

—

Mariana Viégas Guterres
Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Ex bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
Estagiária na Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ-MA)